

**Monte dos Castelinhos**  
*(Castanheira do Ribatejo)*  
**Vila Franca de Xira**  
*e a Conquista Romana do Vale do Tejo*







Câmara Municipal  
Vila Franca de Xira



MUSEU  
MUNICIPAL



GOVERNO DE  
PORTUGAL



MUSEU  
NACIONAL DE  
ARQUEOLOGIA

**Monte dos Castelinhos**  
*(Castanheira do Ribatejo)*  
**Vila Franca de Xira**  
*e a Conquista Romana do Vale do Tejo*



## EXPOSIÇÃO

### Organização

Museu Nacional de Arqueologia  
Museu Municipal de Vila Franca de Xira

### Coordenação

António Carvalho | David Santos

### Comissariado Científico

Henrique Mendes | João Pimenta

### Museografia

Henrique Mendes | João Pimenta | Ana Isabel Santos

### Consultor Científico

Carlos Fabião

### Apoio Administrativo

Anabela Fernandes | Célia Silva

### Conceção gráfica

Carla Félix

### Fotografia e tratamento de imagem

Ricardo Caetano | Helder Dias | João Pimenta

### Vídeo

Vitor Cartaxo

### Ilustrador Histórico

César Figueiredo

### Maquetista

Carlos Loureiro

### Conservação e Restauro

Sílvia Cópio | Sara Fragoso | Amélia Gonçalves  
Ana Libório | Rita Matos | João Miguel Salgado  
Margarida Santos | Archiofactu - Matthias Tissot

### Produção, impressão, montagem e transportes

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira  
Henrique Mendes | João Pimenta | Helder Dias  
Miguel Oliveira

### Comunicação

Filomena Serrazina | Prazeres Tavares  
Mário Antas | Adolfo Silveira

## CATÁLOGO

### Coordenação

João Pimenta

### Textos

António Carvalho  
Carlos Fabião  
Amílcar Guerra  
José Norton  
Henrique Mendes  
Teresa Rita Pereira  
João Pimenta  
Maria da Luz Rosinha

### Fichas de Peças

Henrique Mendes  
João Pimenta

### Organização da Bibliografia

João Pimenta

### Design e Paginação

Carla Félix

### Fotografia e tratamento de imagem

Hélder Dias  
Henrique Mendes  
João Pimenta

### Impressão

Soartes, Artes Gráficas Lda

### ISBN

978-989-8254-20-7

### Depósito Legal

359271/13

### Tiragem

400 exemplares

### Agradecimentos

Maria Luísa Freire Moreira Dias Correia  
e Paulo Freire Moreira  
(proprietários do Monte dos Castelinhos)



## MONTE DOS CASTELINHOS VILA FRANCA DE XIRA

A implantação geográfica do território de Vila Franca de Xira foi determinante para o seu desenvolvimento ao longo da história. Atravessado por duas das principais vias de comunicação da antiguidade, no extremo ocidente peninsular, o rio Tejo e a estrada natural paralela a este, contribuíram para que desde épocas remotas, este fosse percorrido por comunidades humanas que ao longo de milhares de anos foram deixando marcas da sua passagem e do seu progressivo assentamento enquanto comunidades.

É através dessas ténues marcas quase sempre invisíveis, que tentamos reconstituir as vivências coletivas e aos poucos de uma forma cumulativa, começamos a vislumbrar as estratégias de ocupação e do aproveitamento do meio ambiente.

A propriedade privada da Quinta da Marquesa (Castanheira do Ribatejo) conserva no seu topo os vestígios de um antigo povoado fortificado com uma longa diacronia de ocupação humana com início há mais de três mil anos.

A toponímia antiga preservou a memória da existência de antigas vivências neste espaço denominando-o como o “Monte dos Castelinhos”.

As escavações em curso iniciaram-se em 2008, e inserem-se dentro de um projeto de investigação do Museu Municipal de Vila Franca de Xira aprovado pela Secretaria de estado da Cultura – “Monte dos Castelinhos: Povoamento e dinâmicas de ocupação em época romana republicana no vale do Tejo”.

A área colocada a descoberto até ao momento revelou um notável conjunto urbano de época romana datado do século I a.C., composto por vários edifícios e áreas de circulação obedecendo a um plano predefinido de cariz ortogonal.

Aproveitamos para agradecer à Dra. Maria Luísa Freire Moreira Dias Correia e ao seu irmão o Dr. Paulo Freire Moreira, proprietários do Monte dos Castelinhos, pela autorização para a realização destes trabalhos. Sem o seu apoio e curiosidade intelectual este projeto nunca teria nascido.



No que diz respeito à exposição, a que este catálogo faz referência em termos de investigação e divulgação científica, cabe-nos agradecer vivamente o interesse e o entusiasmo manifestados desde o primeiro momento pelo Dr. António Carvalho, Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, em recebê-la no seu espaço museológico, coproduzindo-a com visão programática e dando testemunho de uma verdadeira parceria que em muito contribui para o espírito de colaboração institucional de que o nosso País tanto precisa.

Esta mostra dos vestígios arqueológicos do Monte dos Castelinhos é a prova de que, mesmo num contexto de crise e dificuldades de ordem económica e financeira, o esforço conjunto pode ganhar forma de qualidade e excelência, redimensionando assim o contributo para a prática e a fruição da cultura.

**Maria da Luz Rosinha**

A Presidente da Câmara Municipal  
de Vila Franca de Xira



# MONTE DOS CASTELINHOS *(Castanheira do Ribatejo)*

## VILA FRANCA DE XIRA

### e a conquista romana do vale do Tejo

*- Apresentação de uma exposição -*

**E**m 2013 passam 120 anos sobre a data em que foi fundado o então designado Museu Ethnográfico Português pela ação conjunta de dois ilustres académicos: José Leite de Vasconcelos, que gizou o projeto, e Bernardino Machado, que o viabilizou do ponto de vista político e legislativo. Evocar esta data serve para celebrar a história que faz do atual Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Leite de Vasconcelos, uma instituição única no panorama museológico nacional, onde se guardam, conservam e divulgam os vestígios da ocupação humana do território que é hoje Portugal, materializada em muitos milhares de artefactos, em diferentes tipos de suportes, provenientes de inúmeras regiões de Portugal. Testemunhos de culturas de outras paragens também se guardam no Museu Nacional de Arqueologia, com especial destaque para o Egito ou para a África subsariana. O programa de comemorações preparado para celebrar a efeméride, serve também para evocar a personalidade única e a ação notável do seu fundador, o Dr. José Leite de Vasconcelos, que viajou incessante e incansavelmente pelo país, tirando notas e recolhendo informações e artefactos que haveria de integrar na coleção inicial do Museu.

Esta proximidade com o território nacional manteve-se ao longo das décadas, até ao presente, como uma das linhas de força mais consequentes desta instituição centenária, permitindo essencialmente nas últimas duas décadas, em parceria com muitas Câmaras Municipais, a realização de inúmeras exposições temporárias que foram dando conta dos resultados da investigação arqueológica realizada por todo o país. Nesta extensa lista de colaborações concretizadas entre o Museu Nacional e autarquias, não tinha sido ainda possível dar visibilidade ao trabalho de natureza arqueológica realizado no município de Vila Franca de Xira, situação que a presente exposição vem agora colmatar. E, refira-se, o pretexto não poderia ser mais aliciante, já que incide nos resultados das campanhas desenvolvidas no Monte dos Castelinhos, pela equipa que dirige o Campo Arqueológico, e, mais especificamente, se debruça sobre um momento histórico que não tem sido tratado enquanto tema de exposição no Museu Nacional de Arqueologia – o denominado período romano-republicano, que corresponde ao início da ocupação romana do território que hoje constitui Portugal. De facto, graças à recente investigação arqueológica realizada no estabelecimento militar da época romana do Monte dos Castelinhos, é possível



compreender que o sítio foi ocupado intensamente durante algumas décadas no século I a.C., reforçando o conhecimento até aqui adquirido sobre este período, na dinâmica de conquista romana da Lusitânia na área do vale do Tejo.

Um especial agradecimento é devido à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Maria da Luz Rosinha, que, em finais de 2012, respondeu pronta e favoravelmente ao desafio lançado para a realização desta exposição monográfica, enfatizando assim desta forma o importante papel que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira detém na salvaguarda do património arqueológico e bem assim no estímulo ao notável trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais responsáveis pelo projeto que, para este efeito, constituíram uma equipa única com os do Museu Nacional de Arqueologia. Quem sabe se, num futuro próximo, com o envolvimento do respetivo Museu Municipal, deste Museu Nacional e de outros parceiros, não se poderá apresentar uma exposição de ainda maior fôlego, no qual o tema da conquista romana do atual território português seja tratado numa perspetiva abrangente e transversal a partir dos materiais arqueológicos provenientes de diversos sítios - alguns deles emblemáticos -, onde se identificaram contextos com cronologias republicanas.

Até lá, fica-nos o trabalho realizado para esta exposição – Monte dos Castelinhos - Vila Franca de Xira. No processo da conquista romana do vale do Tejo – e os seus conteúdos, vertidos para este catálogo que servirá para a divulgação, junto da comunidade de especialistas, mas também junto do grande público, dos resultados dos trabalhos arqueológicos ali realizados e para um maior conhecimento do sítio e do tema.

Lisboa, 25 de Abril de 2013

**António Carvalho**

Director do Museu Nacional de Arqueologia



José Norton

## **Para a história do Monte dos Castelinhos**

Octávio da Veiga Ferreira, conhecia Portugal de lés a lés. E de entre as aptidões que podem fazer de alguém um arqueólogo, detinha ele uma no mais alto grau: a memória.

Aquele conhecimento e esta aptidão faziam de Veiga Ferreira uma autêntica enciclopédia de possíveis sítios arqueológicos. Era frequente passarmos perto de lugares que tinha visitado anteriormente ou que apenas lhe tinham cheirado a antiguidade. Não havendo tempo para nos desviarmos do caminho, ia-os assinalando esses locais, ao mesmo tempo que anunciava projetos de futuras prospeções ou escavações. Contudo, as indicações que nos fornecia eram em regra tão vagas como os oráculos de Delfos.

Foi assim, por exemplo, com a estação neolítica da Cabranosa em Sagres. “Um colector lá dos Serviços [Geológicos] encontrou cerâmica neolítica no fundo da charneca que vês à direita da estrada de Vila do Bispo para Sagres”, disse-me ele um dia. Na primeira ocasião fui até lá. E a sorte, grande amiga da Arqueologia, ajudou-me a cair exatamente no sítio certo, permitindo-me fazer uma boa colheita de materiais e localizar inequivocamente aquela estação arqueológica.

Coisa semelhante aconteceu com o Monte dos Castelinhos. Igualmente enigmáticas foram as indicações do amigo Veiga. Ainda que neste caso não me fosse possível reter as palavras textuais, lembro-me de ter falado numa possível necrópole romana e de muito material dessa época espalhado pela encosta Leste do cabeço, junto a uma pedreira. Sem qualquer esperança de encontrar uma necrópole (recentemente soube que mesmo por baixo dos Castelinhos, já na planície aluvial, apareceu muita cerâmica condizente com a



existência de uma necrópole), seduziu-me contudo a ideia de materiais arqueológicos a escorregarem por aquela vertente abaixo.

Assim numa manhã do Inverno de 1980, com o mato agreste a riscar a carroçaria do meu carro, lá subi por aquele mesmo caminho que ainda hoje se utiliza para aceder à escavação. Contudo não cheguei até à zona por cima da dita pedreira, porque antes de lá chegar notei uma minúscula zona de terra plana e recentemente trabalhada para fins agrícolas. Saltaram-me imediatamente à vista uma série de fragmentos de cerâmica campaniense e um elemento de fíbula. Só depois, adiantando-me um pouco para norte, na zona em que atualmente se desenvolve a escavação, encontrei os tais materiais a “escorregar” pela encosta: cerâmica comum e fundos, bordos e asas de ânforas republicanas.

Por uma razão ou por outra, e apesar de o seu interesse ter sido reconhecido por vários amigos arqueólogos, esses materiais ficaram a descansar vinte anos em arrecadações e sótãos de casas em que vivi, resistindo heroicamente a várias e devastadoras mudanças. Até que, contagiado pelo entusiasmo do João Luís Cardoso à frente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia, resolvi fazer uma pequena comunicação que intitulei, com algum atrevimento, próprio dos ignorantes, “O acampamento romano do Carregado”. Creio que, e em boa hora, assistiu a essa comunicação alguém que fez chegar ao conhecimento dos arqueólogos da Câmara de Vila Franca de Xira, a existência dos ditos vestígios na sua área de ação.

Pouco tempo depois os materiais por mim recolhidos sofreram a última mudança, viajando do meu sótão para local mais condigno nas instalações do Serviço de Arqueologia da dita Câmara. Isso foi no mesmo dia em, que muitos anos depois, voltei a subir ao Monte dos Castelinhos, desta vez acompanhado pelo João Pimenta e o Henrique Mendes, aos quais transmiti tudo o que sabia e ali tinha observado. Bem pouco, se compararmos o meu hipotético “acampamento” com as imponentes estruturas urbanas que as sucessivas campanhas têm posto a descoberto.

Com esse pouco, ganhei afinal muito mais, com a amizade que me devotam aqueles dois arqueólogos, com quem orgulhosamente assinei a primeira publicação sobre esta importante estação arqueológica.

## O projeto de Monte dos Castelinhos

O sítio arqueológico de Monte dos Castelinhos ocupa um extenso morro calcário sobranceiro à antiga foz do rio Grande da Pipa, na freguesia de Castanheira do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira, situando-se hoje em dia a cerca de dois quilómetros e meio da margem direita do rio Tejo <sup>(Fig. 1)</sup>.

Esta estação, com mais de 10 hectares de extensão, encontra-se numa área de portela de ligação natural entre as margens do Tejo e o interior da Península de Lisboa, através do Vale do Rio Grande da Pipa.

As características da sua implantação, com ampla visibilidade, e condições naturais de defesa levam a que a sua localização assuma uma posição geoestratégia de controlo de uma zona de fronteira natural. Em frente a Castelinhos encontra-se uma extensa zona de alagadiça onde correm três importantes linhas de água subsidiárias do Tejo, o rio Grande da Pipa, o rio de Alenquer e o rio da Ota.

Sendo conhecidas desde há mais de cem anos, referências à existência de ocupações antigas, estas nunca foram devidamente investigadas resumindo-se a alguns achados isolados e a prospeções de superfície.







<sup>1</sup> Localização do Monte dos Castelinhos na península Ibérica em geral e no vale do Tejo em particular, com a localização dos dois principais núcleos urbanos.



<sup>2</sup> Localização do Monte dos Castelinhos na Carta Militar de Vila Franca de Xira 1:25.000, Folha n.º 390.

As escavações que o Museu Municipal de Vila Franca de Xira tem desenvolvido no local desde 2008, permitem vislumbrar as potencialidades científicas e patrimoniais desta estação arqueológica, sendo um sítio verdadeiramente singular para o estudo do início do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular. O sítio de Monte dos Castelinhos afigurava-se à partida, como uma estação arqueológica com potencialidades para desenvolver um projeto de investigação a longo prazo. De fato, as suas características ecológicas e ambientais, a sua ampla visibilidade, a facilidade de acessos, assim como o fator de aparentemente se encontrar abandonado desde o período romano, conferem a esta estação características inusitadas.

Tendo por base o estudo das colecções antigas provenientes do sítio, ensaiámos um primeiro quadro de problemáticas, que conduziu à apresentação de um projeto de investigação ao Ministério da Cultura.

Esta primeira fase dos trabalhos desdobrou-se em duas campanhas de escavação durante os meses de Julho e Agosto de 2008 e 2009.

Os resultados destas primeiras sondagens arqueológicas revelaram-se bastante positivas a diversos níveis. As cinco áreas de leitura efectuadas, em distintos pontos do povoado, permitiram verificar estados de conservação desiguais, a nível do subsolo, fruto das diferentes utilizações agrícolas do espaço.



<sup>3</sup> Vista geral do sítio com o Tejo em fundo.



Concluída a primeira fase do projeto, pode-se afirmar, que estamos perante um sítio de uma riqueza ímpar. O estado de conservação das suas estruturas arqueológicas, a coerência da estratigrafia, assim como as problemáticas que têm vindo a ser levantadas decorrentes da escavação efectuada até ao momento, levou-nos a encarar Monte dos Castelinhos como um sítio único para o estudo do processo de romanização no vale do Tejo. Chegados a esta fase, o Museu de Vila Franca de Xira, teve que ponderar o que fazer com este sítio e com este projeto. Entenda-se, as questões que colocámos à partida, estavam aferidas e fomos confrontados com um sítio realmente invulgar e com uma coerência e leitura arquitetónica que merecem a nosso ver outro investimento.

Perante esta relevância, decidiu-se avançar com uma segunda fase na investigação em torno do sítio, no âmbito de um projecto plurianual de pesquisa do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, aprovado pelo Instituto de Gestão do Património arquitetónico e arqueológico [IGESPAR], e denominado “Monte dos Castelinhos: Povoamento e dinâmicas de ocupação em época romana republicana no vale do Tejo”.

Este novo gizar do projeto de Castelinhos que se encontra a ocorrer desde 2010 e irá concluir-se este ano, apresenta-se como um programa de arqueologia em construção, no âmbito da política do Museu Municipal enquanto Museu de Território.

O Monte dos Castelinhos pretende-se desenvolver, como um pólo descentralizado do próprio Museu, dando início a um programa em continuidade de salvaguarda, investigação e valorização desta estação arqueológica.

Em virtude dos resultados alcançados e tendo presente esta segunda face do projeto, celebrou-se um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [FLUL], assinado a 10 de Setembro de 2010 e que visou a criação do Campo Arqueológico de Monte dos Castelinhos.

A figura do Campo Arqueológico, devidamente creditado pela Licenciatura em Arqueologia da FLUL, dota à autarquia dos recursos humanos indispensáveis ao bom andamento deste projeto, assim como de um intercâmbio de experiências verdadeiramente enriquecedor para ambas as partes.



João Pimenta . Henrique Mendes

## **A sequência estratigráfica do Monte dos Castelinhos**

Tendo em conta os resultados dos trabalhos de prospeção efetuados previamente, abriram-se seis áreas de sondagem em distintos pontos do sítio arqueológico.

As Sondagens 1, 2 e 6 prenderam-se com a análise do complexo sistema defensivo do sítio. Este caracteriza-se pela existência de uma série coerente de taludes, que parecem documentar a existência de duas linhas defensivas, encontrando-se estas associadas a depressões no terreno em estados de conservação muito distintos que poderão corresponder a um sistema de fossos duplos, paralelo à linha exterior de muralhas.

As três áreas de sondagem ainda que tenham permitido reconhecer sob esses taludes a presença de potentes estruturas pétreas, não lograram aferir uma cronologia clara de construção para as mesmas.

As áreas de Sondagem 3, 4 e 5 tiveram numa primeira fase, o intuito de obter leituras estratigráficas verticais da evolução diacrónica do sítio. Perante os resultados aferidos em particular nas Sondagem 4 e 5, estas evoluíram para escavações em *open area*.

Na área da Sondagem 3 e 4, os resultados obtidos com a campanha de 2008, levou a que tivéssemos investido no aprofundamento da sua leitura, tendo conduzido a que de uma área inicialmente aberta de dois metros por dois, fosse progressivamente alargada ao longo de cinco campanhas, para uma escavação em área, com mais de 300 metros quadrados.

Ao contrário do que esperávamos à partida, esta zona com uma inclinação muito acentuada, revelou-se bastante profícua com contextos e estruturas bem preservados.

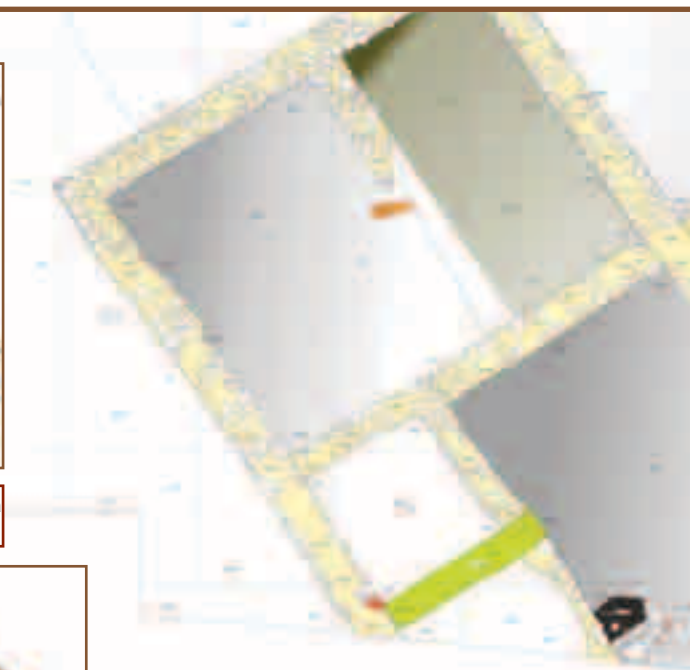




<sup>4</sup> Levantamento topográfico do Monte dos Castelinhos com a localização das áreas de sondagem.



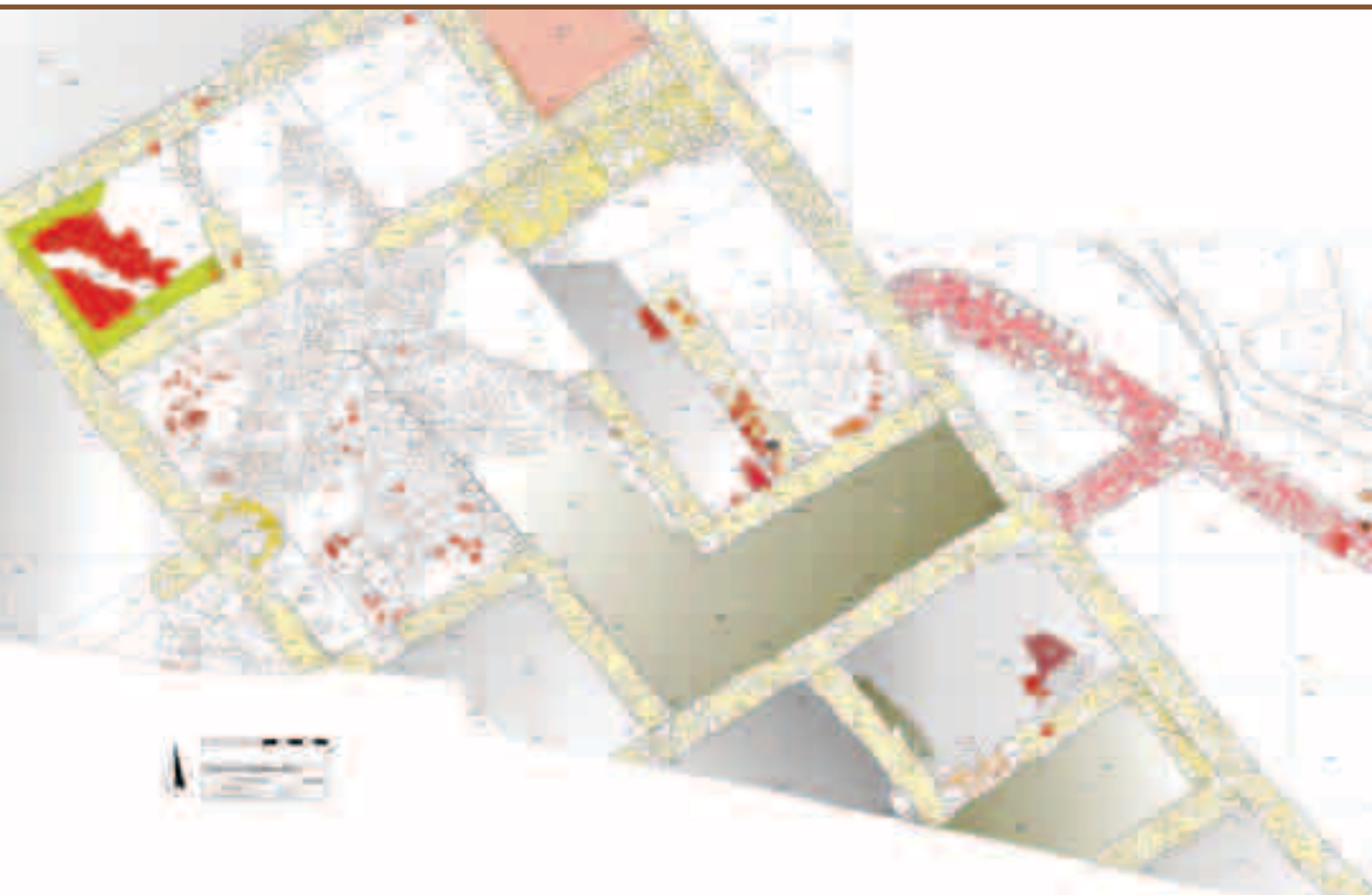
<sup>5</sup> Planta simplificada da escavação da Sondagem 4, com a localização dos ambientes.



A nível da metodologia de escavação, implementou-se uma leitura em *open-area* seguindo os conceitos definidos nos anos oitenta do século XX por Philip Barker.

Esta opção visava tentar recolher o máximo de informação possível numa óptica de leitura diacrónica. A leitura estratigráfica seguiu a remoção das unidades estratigráficas pela ordem inversa da sua deposição, tendo o seu registo seguido a proposta de Edward C. Harris. A área da Sondagem 4, foi quadriculada em todo o terreno que se pretendia indagar. Os quadrados de dois metros por dois foram orientados ao norte geográfico e numerados com uma sequência alfa numérica. À medida que se foram removendo as unidades e nos deparámos com espaços arquitectónicos bem definidos, a metodologia de escavação adaptou-se, e passou-se a escavar por ambientes.

<sup>61</sup> Planta da última fase de ocupação da Sondagem 4.



Uma vez removida a camada de superfície composta pela deposição de material orgânico, deparámo-nos com diversos interfaces correspondendo a estruturas negativas. A sua escavação revelou tratar-se de diversas valas e uma fossa correspondendo a momentos de roubo de pedra. Este momento corresponde já ao período alto imperial encontrando-se bem datado de inícios do século I d.C. pela presença de *Terra Sigillata itálica*. Esta apresenta-se muito fragmentada, tendo sido possível apenas classificar uma taça da Forma 14, do *Conspectus Formarum*.

Uma vez removidos estes níveis, verificou-se a existência de uma extensa unidade que cobre praticamente todas as estruturas, este nível, de espessura variável, resulta dos derrubes e decomposição das paredes de adobe e taipa, consequência do prolongado abandono



<sup>7</sup>Perfil estratigráfico da escavação da Sondagem 4.

do sítio, encontrando-se estes profundamente alterados pelos agentes atmosféricos. Ao levantarmos esta unidade, deparámo-nos com um conjunto de estruturas pétreas em clara articulação funcional, em excelente estado de preservação.

A análise da sua planta permite identificar distintos edifícios e áreas de circulação obedecendo a um plano predefinido de cariz ortogonal, que denotam um elevado padrão de romanização.

O esforço para implantação deste urbanismo é assinalável, visto estarmos perante uma área de encosta com forte pendente. Para vencer este desnível os diversos compartimentos foram construídos em socalcos sucessivos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito.

A escavação do interior destes compartimentos revelou uma estratigrafia muito clara, que permitiu registar um momento de abandono brusco e repentino deste conjunto urbano. Identificaram-se níveis correspondendo ao colapso de estruturas pétreas e de adobe, assim como estratos de derrube dos respectivos telhados. A análise dos níveis de colapso dos telhados revela uma solução de cobertura já tipicamente romana, com *tegulae* e escassa *imbrex*, assentando sobre vigas de madeira, das quais recolhemos diversos elementos metálicos (pregos, tachas e cavilhas).

Sob estes derrubes, correspondendo a elementos estruturais, identificou-se um nível de abandono, onde foi possível registar diversas peças cerâmicas, fragmentadas em conexão, assentando diretamente sobre os pavimentos.

A adicionar a este cenário, de abandono/destruição, a escavação destes níveis permitiu identificar diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico. Entre os materiais identifica-se glandes de chumbo, uma ponta de lança - *pilum*, uma bala de catapulta em arenito assim como diversos elementos de equipamento militar.





<sup>8</sup>Fotografia geral da área da Sondagem 4.

<sup>9</sup>Fotografia do Ambiente 6 da Sondagem 4.



Destaca-se pela sua singularidade, um escudo romano - *scutum*, perdido sobre os níveis de abandono identificados no ambiente 1. A sua escavação cuidada permitiu identificar todas as suas componentes metálicas não perecíveis, sendo possível a sua reconstituição (Ver artigo *infra*).

O estudo do espólio exumado, nos níveis de abandono/destruição registados nos ambientes escavados, permitem afirmar que este sector do povoado foi alvo de um abandono brusco e sincrónico, pouco tempo depois de ter sido edificado.

O estudo das cerâmicas importadas, nomeadamente os serviços de mesa de verniz negro tipo campaniense, os delicados copos e taças de paredes finas, as lucernas, as ânforas e a cerâmica comum, leva-nos a sublinhar a homogeneidade do espólio exumado e das suas associações formais.

A cerâmica Campaniense encontra-se bem representada, com produções do tipo B, de proveniência etrusca ou calena, cerâmicas campanienses em pasta cinzenta, e imitações em cerâmica cinzenta reproduzindo formas destes serviços.

A associação entre cerâmica campaniense B das formas Lamb. 1 (F. 2300), Lamb. 3 (F. 7500) e Lamb. 5/7 (F. 2230-80), leva a que nos pareça evidente estar perante um conjunto de produções, enquadrado grosso modo em meados do século I a.C. O fato destas produções, se encontrar a par de cerâmica campaniense em pasta cinzenta, essencialmente das formas Lamb. 5/7 (F. 2230-80) e produções normalmente tidas como imitações em cerâmica cinzenta das formas Lamb. 2, das páteras Lamb. 5/7, Lamb. 16 e Lamb. 19, permite atribuir uma cronologia segura de meados da segunda metade do século I a.C. a estes contextos de abandono.

A presença de paredes finas, encontra-se particularmente bem atestada, com produções itálicas das formas 2, 3 e 8 C de Mayet, com cronologias seguras entre os inícios do século I a.C. até Augusto.

As Lucernas, apesar de muito fragmentadas, encontram-se presentes em praticamente todos os compartimentos e áreas de circulação. Do ponto de vista tipológico coexistem formas de tradição helenística com Lucernas Itálicas do tipo Dressel/Lamboglia 2.

O conjunto de ânforas romanas, identificado nestes níveis de abandono, é assaz relevante e significativo. Não sendo aqui o lugar de apresentar o já extenso conjunto, importa reter em linhas gerais o panorama das importações.

O abastecimento de produtos alimentares em ânforas é dominado esmagadoramente pelas importações meridionais provenientes do vale do Guadalquivir. As ânforas docu-

mentadas evidenciam uma grande variedade morfológica indo de encontro ao quadro tipológico recentemente proposto por Rui Almeida.

Encontram-se presentes praticamente todos os tipos sistematizados, evidenciando um claro panorama de importações centrado entre o fim do segundo e meados do terceiro quartel do século I a.C. Entre as ânforas com esta proveniência destaca-se a presença de ânforas da Classe 67, e os contentores da forma Ovóide 4.

Completando este quadro de importações do sul peninsular, surgem-nos diversas ânforas destinadas ao transporte dos preparados piscícolas da área de Cádiz. Estão presentes as ânforas ovóides Gaditanas, assim como os primeiros modelos das formas Dressel 7/11 e Dressel 12.

Por último as ânforas de produção regionais, provenientes do vale do Tejo/Sado, encontram-se já representadas no momento de abandono/destruição do sítio. A sua presença nestes contextos bem definidos atesta de uma forma categórica o início da produção de ânforas de tipologia romana no ocidente peninsular em época tardo-republicana.

Trata-se de um conjunto de fragmentos de bocais moldurados e fundos que, pelas suas características formais, se aproximam das primeiras produções de ânforas da área meridional da Península Ibérica, principalmente das Haltern 70, Classe 67 e do mundo das Dressel 7/11. Do ponto de vista da cronologia, a ausência de ânforas Itálicas, é um dado a ter em conta. De facto, o abrandamento e mesmo a diminuição brutal da importação das ânforas vinárias itálicas do tipo Dressel 1, encontra-se bem datado para a Gália, sendo claro aí que as ânforas itálicas presentes em contextos da segunda metade do século I a.C. são residuais e que as importações destes contentores abrandam rapidamente cerca de 40 a.C.

Esta leitura vem no encontro do que foi denominado de forma assaz pertinente pelo Professor Carlos Fabião como “primado do princípio do “vizinho mais próximo”; isto é, da valorização da proximidade geográfica no abastecimento de produtos alimentares.

Outro dado surpreendente e mais difícil de explicar é o da ausência das ânforas piscícolas do Tipo Mañá C2b, Ramón T. 7.4.3.3., tanto mais, porque estas ânforas encontram-se atestadas até contextos de época augustana. Estaremos a assistir nestes contextos à sua substituição por novas morfologias?

Identificou-se ainda um interessante conjunto de metais, que se encontra em fase de tratamento e restauro para poder ser estudado, dos quais se destaca uma série elementos de baixela tardo republicana em bronze como uma asa do tipo Piatra Neamt, uma asa de simpulum assim como diversos numismas de cunhagem hispânica.

Para a questão da cronologia, interessa ainda referir, a descoberta de um conjunto de fíbula em bronze das quais foi possível classificar três exemplares de fíbula Alésia Pré-Aucissa com cronologias entre os meados do século I a.C. e Augusto e uma fíbula em ómega, que sendo comum em contextos do século I a.C. evidencia porém uma lata cronologia até meados do século III d.C.

Perante as associações de materiais importados que acabámos de apresentar, torna-se plausível uma ocupação/abandono centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.).

As associações de material cerâmico recolhido encontram bons paralelos em contextos do século I a.C. em particular na sua segunda metade.

No território português, o melhor paralelo para este contexto encontramos no acampamento militar romano da Lomba do Canho em Arganil, com uma cronologia centrada entre 60 e 30 a.C. De ressaltar que neste contexto, ao contrário do verificado no Monte dos Castelinhos ainda surgem ânforas Itálicas.

No Vale do Tejo, é no fundo do estuário onde encontramos ocupações coetâneas nomeadamente na Alcáçova de Santarém, possivelmente o Praesidium Iulium de César e no recentemente descoberto Acampamento romano de Alto dos Cacos - Almeirim, com uma cronologia de ocupação centrada na segunda metade do século I a.C.

No Vale do Sado, as escavações no sítio de Pedrão, revelaram um espólio muito interessante e homogéneo, com estreitos paralelos com o contexto do acampamento militar da Lomba do Canho, e ressalve-se, com o de Monte dos Castelinhos. Os investigadores que estudaram este sítio propõem uma cronologia de ocupação circunscrita no tempo e centrada em 50 a.C.

Igualmente no Vale do Sado, o recente projeto de investigação em torno da estação de Chibanes, veio confirmar uma relevante ocupação de época romana republicana, com duas fases distintas de ocupação. A fase IIIb associada aparentemente a um momento de declínio do sistema defensivo, é atribuída a meados e terceiro quartel do século I a.C. sendo contemporânea do Pedrão.

No Baixo-Alentejo, já no vale do rio Guadiana, o sítio do Castelo da Lousa – Mourão apresenta-se como um caso paradigmático, com intervenção recente e cuidada publicação dos resultados, onde ressalta uma ocupação centrada entre o século I a.C. e os inícios do século I d.C.



Junto à foz do Guadiana as escavações do Castelo de Castro Marim, permitiram identificar um contexto bem definido com cronologia centrada entre 50 e 30 a.C. e com estreitos paralelos com as associações formais detetadas em Monte dos Castelinhos.

Por último importa referir os contextos de meados da segunda metade do século I a.C. atestados no povoado da Mesa dos Castelinhos – Almodôvar.

Tendo como objetivo, obter dados sobre a data da construção deste conjunto urbanístico, decidiu-se na campanha de 2010 e 2011, escavar dentro dos ambientes já identificados removendo parcial ou totalmente os níveis de pavimento e efectuando leituras em profundidade.



<sup>10 a 13</sup> Imagens do decorrer da escavação na Sondagem 4.



<sup>14</sup> Pormenor do decorrer da escavação de um grande contentor de armazenamento fragmentado *in situ* no ambiente 21.



<sup>15</sup> Pormenor de uma ânfora ovoide importada do vale do Guadalquivir, fragmentada e encostada ao muro interno do ambiente 3.

Esta opção revelou-se muito proveitosa, pois identificou-se níveis de aterro para regularização do nível geológico e construção dos pavimentos. Tendo ainda sido possível registar e escavar diversas valas de fundação associadas ao momento de edificação das estruturas de cariz ortogonal. Estas valas cortavam níveis e estruturas, associados a uma insuspeita fase prévia de ocupação, igualmente de época romana republicana.

Temos assim três níveis de informação, para datar a construção deste urbanismo: primeiro a existência de uma fase de ocupação prévia; segundo o espólio identificado nas valas de fundação; terceiro os materiais datantes recolhidos nos níveis de aterro. A estes, podemos ainda associar outro tipo de argumento, relacionado com as peças cerâmicas reutilizadas como material de construção e que nos fornecem igualmente um elemento cronológico. Começamos por este último argumento. A análise das técnicas de construção do conjunto edificado permitiu verificar que foram reutilizadas algumas cerâmicas como material de construção dos socos pétreos das estruturas. Surgem assim régulas, tijolos de quadrante de coluna, pesos de tear, fragmentos de grandes contentores de armazenamento em cerâmica comum e elementos de ânforas. Estes últimos são assaz importantes por conferirem cronologia ao edificado. Recolheu-se um bocal de uma ânfora ovóide Gaditana e um fundo de uma ânfora ovóide do Guadalquivir, que dificilmente serão anteriores a 60 a.C.

Na escavação das valas de fundação, que cortam as ocupações pretéritas e nos níveis de aterro para construção dos pavimentos o espólio é abundante. Sendo constituído por diversos elementos de cerâmica de construção (*tegulae*), cerâmica comum bética, paredes finas itálicas, cerâmica campaniense B, nomeadamente dois fragmentos de páteras da F. 2230/2280 (*Lamboglia 5 e 7*) e dois fragmentos de almofariz Béticos tardo-republicanos da forma 2 de Santarém. Entre as ânforas é possível identificar três fragmentos de bordo que permitem uma identificação morfológica. Correspondem a importações do sul peninsular, nomeadamente duas ânforas Ovóides Gaditanas e um bocal de ânfora da Classe 67 do Guadalquivir.

Importa sublinhar, que o espólio cerâmico apresenta-se em tudo idêntico ao detetado nos níveis de abandono/destruição.

Entenda-se, o estudo das cerâmicas importadas identificadas, nomeadamente as cerâmicas campanienses, a cerâmica de paredes finas, e as ânforas, leva-nos a sublinhar a uniformidade do espólio e das suas associações formais remetendo-nos para cronologias muito próximas das avançadas para a fase de abandono. Estaremos assim perante um curto espaço de ocupação deste conjunto urbano.

Como referimos, as leituras estratigráficas que efectuámos em profundidade no interior dos compartimentos de época romana republicana, permitiram definir de uma forma contundente a presença de uma fase de ocupação anterior à implantação deste urbanismo. Por uma questão de coerência e arrumação do discurso denominaremos esta fase de I e a que lhe sucede de fase II.

No interior dos Ambientes 5, 6, 7, 9 e 10 detectou-se estruturas pétreas preexistentes, denotando construção cuidada, e que foram destruídas e desmanteladas para a construção da fase II. Estas estruturas correspondem a dois compartimentos de tendência retangular com ligação entre si.



<sup>16a</sup><sup>19</sup> Imagens da Fase 1 detetada na Sondagem 4.

O ambiente A - apresenta um pavimento de terra batida, com uma lareira estruturada com tégulas assim como diversos buracos de poste atestando a existência de estruturas em madeira <sup>(ver figura 18)</sup>.

O ambiente B - apresenta o próprio substrato geológico como pavimento, encontrando-se este devidamente afeiçoado para o efeito, identificou-se igualmente uma estrutura de combustão, sendo esta composta por diversas camadas de argila rubefacta assentes sobre uma plataforma constituída por fragmentos de cerâmica e ânforas béticas, tal como no ambiente A, também aqui se identificou a presença de diversos buracos de poste <sup>(ver figura 19)</sup>. Qual a cronologia desta fase? É de momento uma incógnita. Os níveis associados a estas estruturas encontram-se bem datados de meados do século I a.C., mas dificilmente recuam muito. Entenda-se, não diferem muito dos níveis associados à construção e abandono brusco do conjunto urbanístico de matriz ortogonal que lhe sucede.

Porém a importância destes níveis têm que ser matizada, eles de facto não datam as estruturas, quanto muito datam o seu abandono. Qual a cronologia da sua construção/ocupação é de momento uma incógnita.

A sua cronologia baseia-se nos estratos arqueológicos intactos associados a este edifício. O estudo das associações materiais permite vislumbrar uma cronologia de meados do século I a.C. não muito distante das que atribuímos para a construção das estruturas da fase II. As importações estão presentes com cerâmicas campanienses B, cerâmicas campanienses em pasta cinzenta, e imitações em cerâmica cinzenta. As paredes finas itálicas são escassas mas encontram-se presentes com as mesmas formas dos níveis de abandono. O conjunto de ânforas é numeroso e permite algumas observações. Uma delas é a presença ainda que tímida de alguns fragmentos de ânforas itálicas, ainda que apenas tenha sido possível identificar um bocal atribuível à forma Dressel 1. Este fator poderá permitir recuar um pouco a cronologia mas dificilmente é possível descer dos finais da primeira metade do século I a.C.

Sobre o pavimento de argila do Ambiente A, detetou-se um numisma de cunhagem hispânico, correspondendo a uma cunhagem da antiga cidade Ibérica de KELSE. A antiga Kelse situava-se em Velilla del Ebro (Zaragoza), tendo cunhado moeda durante a primeira penetração romana, seguindo influências das cidades de Tarraco-Kese, usando a epigrafia arcaica e antiga do signo Ibérico KE. Tendo em conta a iconografia, o exemplar exumado em Castelinhos parece corresponder a uma cunhagem posterior a 133 a.C. Apesar da aparente antiguidade temos que matizar este elemento cronológico, face à longa duração de



utilização destes numismas. Sublinhe-se que a presença de numismas do vale do Ebro no ocidente, não é de todo inédito, só a título de exemplo no vale do Tejo as cunhagens de Kelse encontram-se atestadas em Chões de Alpompé e Alto dos Cacos.



Figura 20 Planta da fase I de ocupação.

## Sondagem 5

No âmbito dos trabalhos de prospeção destacou-se desde cedo, uma área de olival com uma inclinação acentuada, onde existia uma inusitada abundância de dispersão de materiais de construção à superfície claramente romanos. Entre estes, destacava-se a presença de tijolos de quadrante, indiciadores da presença de fustes de coluna e por inerência estruturas arquitetónicas mais complexas.

Na Campanha de 2009, decidiu-se efetuar aqui uma sondagem de quatro metros de lado. Face aos resultados obtidos, tal como na sondagem 4, e seguindo a mesma metodologia de trabalho, esta área inicial têm vindo a ser alargada progressivamente perante os resultados aferidos claramente positivos.

Ainda que a escavação não se encontre concluída em profundidade, podemos desde já avançar com algumas leituras que nos parecem pertinentes. Uma delas é a constatação da existência de estruturas edificadas em tudo similares às da Sondagem 4. E que estas apesar de estarem distanciadas mais de 100 metros, apresentam claramente a mesma orientação obedecendo assim ao mesmo projeto urbanístico.

Outro dos elementos interessantes, e que aguardamos o alargar da sondagem para observar em *open area*, é a descoberta de uma área de rua (Ambiente 32). Este eixo viário encontra-se orientado no sentido este-oeste e conduz à parte superior do sítio arqueológico. A leitura estratigráfica que aqui efetuamos permitiu atestar duas fases distintas de pavimentação:

- Uma inicial composta por um piso de argila muito compactado com calcário moído e pedras e que se encontra bem datado de época tardo-republicana. Sobre este nível foi recolhido um projétil de funda em chumbo – *Glans Plumbeae*.

- E uma segunda fase composta por um novo nível de argila e calcário moído compactado com abundantes fragmentos de cerâmica e ânforas. Este nível corresponde já a uma repavimentação de época Augustana, bem datada por um conjunto coerente de *Terra Sigillata* Itálica.

A presença deste nível de pavimentação, já de época Imperial é particularmente relevante para o estudo do sítio, pois permitiu atestar a continuidade de ocupação pelo menos em algumas áreas de Monte dos Castelinhos.

Paralelamente à área de rua escavaram-se diversos compartimentos pertencentes a duas habitações. Ainda que a exiguidade da área intervencionada não permita grandes



21 a 26 | Imagens Sondagem 5.

leituras, os espaços arquitetónicos, colocados até ao momento a descoberto indiciam uma utilização de cariz doméstico<sup>(Figura 27)</sup>.

A área que identificamos, como ambiente 31, corresponde a uma área de exterior, possivelmente outro arruamento onde se detetaram, diversas estruturas negativas. Este elemento é particularmente interessante para a compreensão da funcionalidade deste espaço, pois a escavação do enchimento das mesmas, atesta a sua utilização como áreas de lixeira, verdadeiras fossas onde o lixo doméstico era queimado e descartado.



<sup>27</sup> Planta de escavação da área de Sondagem 5.





João Pimenta

## **A arquitetura do Monte dos Castelinhos**

A extensão da área já intervencionada, a par da coerência e articulação das estruturas, permite tecer algumas observações sobre a arquitetura do sítio.

Um dos elementos, a nosso ver, mais contundentes, resulta da análise e levantamento topográfico das estruturas identificadas em diversos pontos do sítio. De fato, a análise desta informação, atesta que a edificação deste sítio arqueológico obedece a um plano predefinido de cariz ortogonal que denota um elevado padrão de romanização.

O esforço para implantação deste urbanismo é significativo, visto estarmos em grande parte da área, perante uma encosta com forte pendente. Para vencer este desnível os diversos compartimentos foram construídos em socalcos sucessivos, tendo os níveis calcários de base sido escavados para o efeito.

As técnicas de construção identificadas evidenciam uma longa tradição mediterrânica, sendo as paredes constituídas por um soco de pedra seca, sobre o qual assentam paredes de adobe e taipa.

O soco dos muros são construídos em pedra seca não sendo utilizada nenhuma argamassa. O material utilizado é o calcário, que existe como substrato geológico do próprio monte, assim como alguns elementos de arenito de proveniência externa. Tendo em conta, os vestígios preservados, calcula-se que estes embasamentos pétreos não teriam mais de um metro de altura nas paredes externas e cerca de 30 cm nas internas.

A construção em terra encontra-se bem representada quer sobre a forma de paredes de adobe quer sobre muros de taipa. Os vestígios destas estruturas de terra nem sempre são de fácil percepção, resultando em extensos e complexos derrubes. A existência de reboco de cal, em alguns dos compartimentos foi precioso para se vislumbrar esses derrubes e nalguns casos a respectiva parede colapsada.

A cobertura dos compartimentos era constituída por telhados de *tegulae*, dos quais se conservam diversos níveis de derrube. Coloca-se porém a questão, face ao volume identificado, se este material cobriria toda a área ou só parcialmente, coexistindo com coberturas de materiais perecíveis. Apesar destas interrogações, a abundância de material cerâmico de cobertura é uma constante. Não podemos deixar de sublinhar que o uso de *tegulae* em contextos tardo republicanos, é uma raridade nos contextos arqueológicos conhecidos no território português. Contudo, tal ocorrência encontra-se bem atestada para a época em contextos civis como na capital da *Hispania Ulterior* – *Corduba*, assim como em acampamentos militares republicanos como *Cáceres El Viejo*.



<sup>28</sup> Corte topográfico das estruturas da Sondagem 4.

<sup>29</sup> Planta interpretativa da última fase de ocupação detetada na área da Sondagem 4.

<sup>30</sup> Planta interpretativa da última fase de ocupação detetada nas áreas de Sondagem 3 e 4.

Do ponto de vista da interpretação da arquitectura, a análise da planta da sondagem 4, onde temos investido numa escavação em área, permite uma leitura coerente e perspectivas de estudo bem alicerçadas.

O alargamento da intervenção de 2012 para Norte permitiu um melhor entendimento da articulação dos diversos compartimentos. É assim plausível antever entre o conjunto arquitectónico, três edifícios distintos <sup>(ver figura 29)</sup>:

### **O edifício A**

Revela uma complexidade arquitectónica verdadeiramente insuspeita, trata-se de um edifício de planta tipicamente mediterrânica de inspiração Itálica, desenvolvendo-se em torno de um pátio central.

Ainda que não seja de momento possível vislumbrar a totalidade da sua planta, os resultados da última campanha permite-nos reconstituir as suas dimensões. Trata-se de um quadrado perfeito com 17,8 metros de lado, circunscrevendo uma área bruta de 316,84 metros quadrados.

A Norte, Este e Oeste este edifício é circundado por áreas de circulação (ruas), e a Sul confina e partilha a parede mestre com o edifício B.

Apesar de ainda não ter sido concluída a escavação da totalidade da área ocupada, é relevante desde já reter, que estamos claramente perante um edifício de cariz habitacional, possivelmente perante uma *Domus*, que poderá ser interpretada como uma casa de atrium republicana com bons paralelos no mundo itálico.

Infelizmente, o seu estado de conservação, encontra-se reduzido praticamente aos alicerces, não sendo muitas vezes claro as áreas de circulação entre os compartimentos. Contudo, a análise cuidada dos derrubes das paredes de adobe, permite verificar e propor em grande parte das áreas as antigas zonas de vão.

Tendo em conta a informação disponível, propomos como hipótese de trabalho a seguinte leitura de articulação dos espaços:

A entrada, ou pelo menos uma das entradas, far-se-ia a partir do ambiente 8 que funciona como área de antecâmara. A sua escavação identificou um piso simples em terra batida. O ambiente 5 funciona como área de circulação de acesso ao pátio, sendo coberto com telhado de tégula. A sua escavação identificou um cuidado pavimento, constituído pelo substrato geológico devidamente afeiçoado e nivelado.

As estruturas identificadas, assim como o estudo dos níveis de destruição/abandono do ambiente 2, permitem interpretá-lo como um pátio interno a descoberto, para o qual

abriam e comunicavam diversos compartimentos. A sua planta corresponde a um quadrado de 5,8 metros de lado, circunscrivendo uma área de 33, 64 metros quadrados. O seu pavimento é constituído por uma calçada bem estruturada, tendo sido encontrada uma solução para vencer o desnível do terreno que foi a construção de um amplo degrau sensivelmente a meio do pátio.

Este compartimento é o verdadeiro coração da casa, proporcionando-lhe ao mesmo tempo iluminação e captação de água. Ainda que não tenha sido possível identificar nenhum tanque de recolha das águas pluviais, a presença de diversos contentores de armazenamento de grande dimensão, fragmentados em conexão, indica que estes poderiam suprir essa necessidade básica. Servindo a mesma função poderia estar um recipiente de dimensão considerável possivelmente em metal ou madeira e do qual apenas nos sobrou o negativo, marcado no pavimento encostado à parede oeste do pátio.

O ambiente 1 corresponde a um compartimento parcialmente escavado, que abre diretamente para o pátio. A sua posição central e articulação direta com esta área central da casa leva-nos a colocar a hipótese interpretativa de podermos estar perante um *tablinum*, (escritório, espaço de receção de clientes). Foi neste espaço que na campanha de 2008 se identificou o *scutum* romano. Este assentava diretamente sobre o pavimento do compartimento, devendo ter sido perdido sobre os escombros das paredes do edifício. O pavimento deste espaço é constituído por um nível de argila e calcário moído muito compactados.

Ainda que não tenha sido possível associar a nenhuma das paredes preservadas, em escavação recolheu-se diversos elementos de estuque de tom branco, apresentando alguns pintura a negro.

O Ambiente 17 é um ambiente mal preservado, mas que perante as correlações estratigráficas e a coerência das estruturas parece-nos plausível identificar como uma área de corredor ou de circulação com o pátio ambiente 2. A leitura estratigráfica deste compartimento, não é particularmente elucidativa, pois após a remoção dos níveis de abandono, verificou-se que estes assentavam, diretamente sobre o nível geológico afeiçoado e que serve de pavimento nesta área.

O Ambiente 16 é um amplo compartimento de planta retangular, com 5,8 metros de comprimento por 3,86 metros de largura, correspondendo a uma área de cerca de 22,4 metros quadrados. Ao iniciarmos a escavação e delimitação deste compartimento através da remoção dos níveis do seu abandono, verificou-se que este se encontrava no seu limite Norte muito afetado pela erosão.



De fato, apenas a Sul, foi possível identificar e registrar um nível de derrube UE [127], e uma área de combustão UE [148]. Na restante área do compartimento identificou-se uma camada areno-argilosa de tom castanha avermelhada de grão médio e compacta. A sua escavação revelou tratar-se de um nível de regularização dos níveis geológicos, para a edificação deste compartimento e da sua pavimentação. Este enchimento ou aterro foi efetuado após a construção das paredes limítrofes, de forma a criar uma área aplanada para a edificação do pavimento. Deste, nada nos resta, à exceção de uma pequena área de lareira, UE [148]. Este dado permite-nos recuperar a cota do pavimento e verificar que este funcionava a uma cota superior à que chegou preservada até nós na maioria do compartimento.

Ainda que mal caracterizado, por se desenvolver para fora da área da escavação, o ambiente 13 encontra-se delimitado a Oeste pela UE [151], a Este pela UE [146] e a Norte pela parede de adobe UE [155]. Circunscrevendo assim um espaço de tendência rectangular com 2,6 metros de comprimento por 2,2 metros de largura. Até ao momento não foi possível escavar o seu interior tendo-se apenas removido os níveis do seu abandono. O ambiente 14 circunscreve um espaço de tendência quadrangular com 2,3 metros de comprimento por 2,1 metros de largura, correspondendo a uma área de cerca de 4,8 metros quadrados.

Após a remoção dos níveis do seu abandono, verificou-se que este compartimento conserva, pelo menos em três das suas paredes, revestimento a estuque de tom branco. O pavimento é composto por um nível de argila amarela compactada.

Apesar do estado de conservação das estruturas, não permitir uma leitura contundente, presume-se que existiria um vão de comunicação com o ambiente 16. De fato, é na parede Este, UE [146], que não se preserva revestimento a estuque.

Qual a funcionalidade deste espaço? É algo que de momento não é de todo claro, porém as pequenas dimensões do compartimento e o seu acabamento cuidado levam a pensar podermos estar perante um *cubicula*.

O ambiente 23 encontra-se muito erodido, conservando-se apenas, os níveis de regularização para assentamento do pavimento. Trata-se de um compartimento de planta rectangular com 4,90 metros de comprimento por 2,30 metros de largura, com uma área de 11,27 metros quadrados.

A sua escavação permitiu confirmar, um vão de ligação interno, com o ambiente 15, identificado através do derrube da cobertura em tégulas.

Tal como o anterior, o ambiente 15 encontra-se muito erodido, não se conservando o seu pavimento original. Corresponde um compartimento de planta retangular com 4,90 metros de comprimento por 3,80 metros de largura, equivalendo a uma área de 18,62 metros quadrados.

Do pátio ambiente 2, acedia-se através de um degrau a uma área igualmente empedrada, ambiente 22 e 20 e que seria coberta por telhado de tégula. Ainda que, tenhamos diferenciado estes dois espaços, trata-se de uma mesma unidade, correspondendo a uma área de circulação organizada em degraus e através da qual se acedia a distintos compartimentos. Evidencia planta retangular com 4,80 metros de comprimento por 2,80 de largura, com uma área de 13,44 metros quadrados.

Sobre o seu pavimento detetou-se um nível essencialmente composto por carvões e cinzas que parece atestar um nível de incêndio.

O ambiente 18 corresponde a um pequeno compartimento quadrangular com 2,60 metros de comprimento por 2,60 de largura, com uma área de 6,76 metros quadrados. Este ambiente apresenta a peculiaridade de em três dos seus lados evidenciar um murete de adobe de argila verde, encostado às suas paredes. Não é claro a sua função, contudo, coloca-se a hipótese de se tratar de bancos. A sua escavação revelou tal como nos compartimentos anteriormente descritos, a presença de um nível de incêndio. A presença desta evidência conduziu-nos numa primeira fase, a interpretar este espaço como área de forno. Uma vez removido este nível, deparámo-nos com um invulgar pavimento em tijolos romboidais dispostos de forma geométrica <sup>(figura 31 a 33)</sup>.

Trata-se de um pavimento tipicamente itálico designado como *opus spicatum*. Tanto quanto sabemos é a primeira vez que surge um pavimento deste tipo no atual território português datado de época republicana. Apenas se conhece um pavimento deste tipo datado do séc. II d. C. na cidade de Viseu. Contudo, existem alguns elementos soltos de tijolos romboidais recolhidos em sítios de cronologia romana republicana e que poderão atestar a presença desta técnica construtiva. Estes encontram-se, apenas representados no Vale do Tejo. Nomeadamente no acampamento militar de Alto dos Cacos – Almeirim, em Chões de Alpompe e no acampamento romano de Cáceres el Viejo. Sublinhe-se, tudo sítios de atestado cariz militar onde é forte a componente Itálica.

Na Hispania Ulterior, o melhor exemplo que encontrámos para pavimentos deste tipo é precisamente na sua capital *Corduba*. Aí esta técnica aplicada a pavimentos surge no fórum da cidade republicana, relacionado com uma fonte.

Qual a função deste ambiente 18? É algo que de momento nos escapa, contudo as suas diminutas dimensões e o cuidado na sua construção levam-nos a sublinhar a sua relevância dentro desta *Domus*.

Em frente a este espaço, detetou-se na última campanha de escavações o ambiente 19. Ainda que não tenha sido possível completar a sua escavação, estima-se que se trate igualmente de um pequeno compartimento quadrangular com 2,20 metros de comprimento por 2,60 de largura, com uma área de 5,72 metros quadrados.

Um dos elementos insuspeitos, foi a descoberta de que este compartimento revela quer nas suas paredes quer no seu pavimento um tratamento de argamassa impermeabilizante denominado *opus signinum*.

Embora existam alguns antecedentes no mundo Ibérico e Púnico noutras áreas peninsulares, no extremo ocidente este tipo de argamassa foi introduzido pelos romanos tendo uma origem centro Itálica. A sua utilização encontra-se normalmente associada á presença de construções correlacionadas com água.

Para o período que nos reportamos esta técnica tanto quanto sabemos, não se encontra até ao momento atestada no território português. Contudo, em contextos onde a presença romana se fez sentir desde cedo, a utilização de pavimentos em *opus signinum* encontra-se atestada desde o século II a.C., só a título de exemplo refira-se as termas romanas de L'Almoia em Valência e os dados de Córdova onde a presença de pavimentos de *opus signinum* em contexto doméstico precisamente na fase a que aqui nos reportamos se encontra bem atestada.

De momento, e face aos dados disponíveis, não temos ainda dados sólidos para atribuir uma funcionalidade a este espaço, porém, a presença de um cuidado tratamento impermeabilizante quer nas paredes quer no pavimento revelam um cuidado especial com este espaço que se prende evidentemente com a sua utilização. Podíamos estar perante um tanque? Uma área de cisterna? Ou uma área termal?

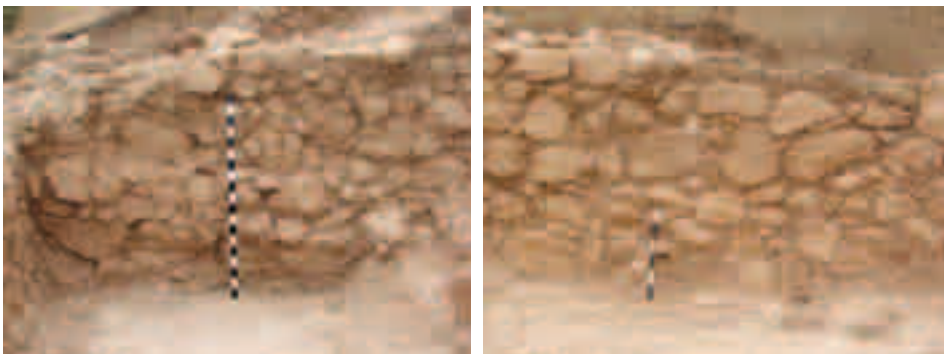
Com acesso a partir do ambiente 22 e 20, identificou-se na campanha de 2012 um vasto compartimento retangular com 6, 20 metros de comprimento por 5 metros de largura, o ambiente 21. Apesar de ainda não ter sido possível completar a sua escavação, corresponde a uma área estimável de cerca de 31 metros quadrados, sendo o espaço de maior dimensão detetado até ao momento. A sua escavação revelou a existência de grandes contentores de armazenamento encostados às suas paredes, encontrando-se estes fragmentados em conexão sobre o pavimento de argila compactado.

Por último identificou-se o ambiente 3, que teria acesso a partir do canto inferior direito do ambiente 20. Trata-se de um compartimento retangular com 6,80 metros de cumprimento por 3,90 metros de largura, com uma área estimável de 26,52 metros quadrados. O espaço deste ambiente encontra-se dividido internamente por um amplo muro que permite distinguir dois espaços distintos dentro deste compartimento. O ambiente 3A que corresponde a um espaço de menor dimensão, uma espécie de corredor com um metro de largura e o ambiente 3B, com maior dimensão e apresentando uma cuidada pavimentação em lajes calcárias.

Face à diminuta largura do corredor, e o fato de estar alinhada com o vão da presumível porta de ligação com a área de circulação ambiente 20, coloca-se a hipótese de podermos estar perante uma área de escadaria de acesso a um primeiro andar.



<sup>31 a 33</sup> Pavimento do ambiente 18 em tijolos romboidais - *opus spicatum*.



<sup>34</sup> Fotografia de escavação do ambiente 19, com o derrube da argamassa das paredes e do pavimento de argamassa impermeabilizante - *opus signinum*.

<sup>35 e 36</sup> Pormenores de alçados das construções romanas da Sondagem 4.



## O edifício B

Detectado quer na sondagem 4 quer na sondagem 3, parece corresponder a um vasto edifício de planta retangular, do qual ainda dispomos de pouca informação. Até ao momento, identificou-se cinco compartimentos, todos eles correspondendo a áreas cobertas por telhado em tegulae (figura 30).

A nível de interpretação do espaço, os ambientes 6, 4 e 9, com funcionalidades por esclarecer mas possivelmente residenciais, parecem ter portas para uma área de corredor de circulação – ambiente 7 – funcionando este como espaço central deste conjunto. É precisamente neste corredor, que detetamos um acabamento cuidado, que se traduz no revestimento de estuque nas suas paredes apresentando um tom branco com pintura a negro. De destacar, neste espaço de corredor, a presença de uma lucerna tardo-helenística.

O ambiente 6, o único para o qual dispomos de uma planta completa, corresponde a uma divisão quadrangular com 3,80 metros de cumprimento por 2,50 metros de largura, com uma área de 9,5 metros quadrados.

O seu pavimento era composto por um nível de argila compactado, tendo-se identificado encostado a uma das paredes uma estrutura de combustão.

Nos níveis de abandono/destruição deste compartimento, detetou-se uma ponta de um projétil em ferro possivelmente de um *pilum*. A típica arma dos legionários da república romana.



<sup>37</sup> Pormenor das técnicas de construção do embasamento pétreo das estruturas sobre o qual assentavam as paredes em adobe. A parede em primeiro plano é a que faz a divisão entre o edifício A e o B.

<sup>38</sup> Vista geral da área de sondagem 4. Sendo perceptível a organização dos compartimentos em socalcos.



## O edifício C

É um espaço de difícil interpretação nesta fase, evidenciando um distinto alinhamento em relação ao restante conjunto urbano. Trata-se de um edifício de planta de tendência triangular, que confina com os edifícios acima descritos. A norte confina com uma área exterior, onde pontuam a presença de estruturas de drenagem e condução de águas, possível rua <sup>(figura 6)</sup>.

Um dos dados mais perturbadores, deste espaço, é o de ser observável à superfície da estação a continuação da sua sólida parede de fachada ao longo de mais de quarenta metros <sup>(ver figura 4)</sup>.

A escavação do ambiente 10 revelou que na sua última fase de ocupação, seria uma área descoberta, ou então com um tipo de cobertura percível distinto do restante edificado. O seu pavimento é composto por um espesso nível de calcário moído muito compacto. Sobre este nível detetou-se a presença de um projétil em calcário de secção arredondada, similar ao utilizado nas máquinas de assédio, conhecidas como *ballista*. Projéteis similares foram identificados no acampamento militar de Alto dos Cacos – Almeirim e nos níveis de destruição da Cidade de *Valentia* – Valência.

Ao determo-nos, na análise da arquitetura, de um sítio desta natureza, não podemos deixar de tentar encontrar paralelismos para este tipo de construções.

No que diz respeito ao mundo indígena, dos finais da Idade do Ferro, os elementos são relativamente escassos para a área geográfica a que nos reportamos, resumindo-se muitas vezes a alguns segmentos de construções e alicerces de paredes. Sublinhe-se como dados inovadores e que permitem um saber mais claro e consistente, as recentes leituras efetuadas em torno do sítio pré-romano do Castelo de Castro Marim, o sítio da herdade da Sapatoa (Redondo) e do povoado de Mesas do Castelinho (Almodôvar). Para o vale do Tejo os dados mais coerentes remetem-se para a fase inicial da Idade do Ferro, onde quer nos grandes povoados da foz do Tejo, Colina do Castelo (Lisboa) e Almaraz (Almada), quer nos pequenos sítios de cariz agrícola em torno da área da Capital, Outorela (Oeiras) e Freiria (Cascais), surgem edifícios de planta quadrangular herdeiros de claras influências mediterrânicas derivadas do mundo fenício-púnico.

No fundo do estuário do Tejo, o projeto de investigação estruturado em torno da Alcáçova Islâmica de Santarém, permite vislumbrar alguns traços do urbanismo do antigo povoado da Idade do Ferro e da sua transição para o mundo romano.

Da análise do conhecimento existente, sobre as tradições urbanísticas da Idade do Ferro,

é claro que em Castelinhos estamos perante um desenho urbano que evidencia uma clara rutura com as tradições existente e uma nova conceção ideológica.

É entre os dados disponíveis, relativos à primeira fase da presença romana no extremo ocidente peninsular que encontramos os melhores paralelos para este tipo de construções. Sublinhe-se porém, que a complexidade arquitetónica e as soluções de engenharia, encontradas em Castelinhos, o tornam um sítio singular.

Em concreto a nível de planta e de interpretação funcional dos espaços, o edifício A, não encontra paralelos entre os sítios conhecidos no ocidente da *Ulterior*. Ainda que podíamos tentar vislumbrar paralelos, sempre forçados, com o mundo dos denominados *Castella* do baixo- Alentejo.

Na península Ibérica é no vale do Ebro, onde identificamos os melhores exemplos de casas, como as detetadas em Monte dos Castelinhos. Aqui quer em Azaila, quer na colónia de *Celsa*, onde se identificam fortes influências Itálicas, que se materializam na adoção de modelos arquitetónicos inovadores.

Estamos assim, no edifício A de Castelinhos, perante a adoção de um modelo habitacional denominado de pátio descoberto, com origem na Itálica republicana. Neste novo modelo, já se encontra plasmado, três elementos essenciais da casa colonial romana: O acesso diferenciado através da rua ao interior da habitação, através de um corredor e com ligação ao pátio empedrado; O *tablinum* (ambiente 1), como espaço nuclear da casa diretamente conectado com o pátio descoberto; e por último, espaços diferenciados destinados à vida íntima dos ocupantes da casa (*cubiculum*) e áreas específicas de armazenamento e cozinha.



<sup>39</sup> Vista geral da área de sondagem 4 no final dos trabalhos de 2012.

<sup>40</sup> Vista geral dos trabalhos na área de sondagem 4 no decurso da escavação do ambiente 3.

<sup>41</sup> Visita da população às escavações de Monte dos Castelinhos a 1 de Setembro de 2012.

## O escudo romano de Monte dos Castelinhos

Um dos elementos mais surpreendentes, das escavações em Monte dos Castelinhos, foi a constatação da existência de um nível de abandono/destruição compatível com um cenário bélico, bem datado da segunda metade do século I a.C.

Nestes níveis, identificou-se diversos elementos de armamento militar itálico, dispersos pelo conjunto arquitetónico e que permitem uma análise contextual do próprio cenário de guerra. Entre estes destaca-se pela sua singularidade, a descoberta de um escudo romano – um *scutum*, perdido sobre os níveis de abandono identificados no ambiente 1. Trata-se de uma peça emblemática dos legionários romanos do tempo de Júlio César, sendo uma descoberta verdadeiramente excepcional pelo seu estado de preservação. O seu estudo detalhado irá certamente permitir, um melhor conhecimento da evolução deste tipo armamento no mundo romano<sup>1</sup>.



<sup>1</sup> O seu estudo aprofundado encontra-se em preparação e irá em breve ser apresentado numa revista da especialidade em parceria com o Professor Doutor Fernando Quesad Sanz da Universidade Autónoma da Madrid.

A sua cuidada escavação e registo de campo, permite identificar todas as suas componentes metálicas não percíveis, sendo assim possível, a reconstituição das dimensões originais do escudo, assim como, a perceção da própria espessura dos materiais percíveis em que este era originalmente constituído.

É assim plausível, supor que o escudo terá sido abandonado ou ficado perdido sob os escombros destes edifícios, ainda em bom estado. Entenda-se, não se trata de descarte de uma peça danificada mas sim de uma perda. Este fator é um elemento a ter em conta, ao analisarmos o significado da presença de uma peça deste tipo.

O estudo de campos de batalha ou de cenários de guerra, como parece ser o caso de Castelinhos, ainda que se encontre numa fase incipiente tem nos últimos anos assistido a algum incremento da investigação. Alguns dos aspetos muitas vezes citados, no estudo destes arqueossítios tão específicos, são precisamente em torno do que será espetável encontrar, e nesse campo a referência à escassez de armas é uma constante.

*“En el periodo que tratamos, la mayoría de las armas eran demasiado valiosas como para abandonarlas sobre el terreno. Los cadáveres de los caídos eran despojados sistemáticamente – los de los vencedores tanto como los de los vencidos – de cascos, corazas, escudos, espadas y cualquier arma de valor.” (Quesada Sanz, 2008, p. 27).*



<sup>42</sup> Pormenor da descoberta do escudo romano durante a primeira campanha de escavações em 2008.

<sup>43</sup> Perspectiva do decorrer da escavação do escudo romano, observe-se a presença de um fragmento de ânfora ovóide do Guadalquivir esmagava sobre o mesmo.

<sup>44</sup> Final da escavação do escudo romano, é particularmente significativo para a compreensão desta peça a articulação dos diversos elementos metálicos detectados em escavação.



Penso neste contexto ser igualmente pertinente, referir o conhecido episódio, relatado por Díon Cássio, 37, 52-55, sobre a perseguição por parte de Júlio César em 61 a.C., dos habitantes do Monte Hermínio que culminou na sua fuga para uma ilha, e na tentativa de tomada desta. Esta ilha é normalmente interpretada como correspondendo à atual península de Peniche.

*“Todos eles caíram lutando corajosamente com o inimigo. Públio Ceva foi o único sobrevivente que, depois de ter perdido o seu escudo e recebido muitos golpes, se lançou à água, salvando-se a nado.” (Alarcão, 1988, p. 25)*

No território atual português a descoberta de equipamento militar correlacionado com a fase da conquista tem sido no geral bastante escasso. No que diz respeito a elementos de escudos, detetaram-se até ao momento um fragmento de umbo em ferro similar ao exemplar de Castelinhos no acampamento militar romano da Lomba do canho (Arganil) e um umbo em bronze de tipologia distinta e remetendo mais para o que se conhece do armamento da fase inicial de conquista do século II a.C., no Castro de Alvarelhos (Santo Tirso).



<sup>45</sup> Escudo romano em ferro.

Os elementos em ferro, que constituem o escudo de Monte dos Castelinhos, compõe-se de uma peça central redonda, com quinze centímetros de diâmetro evidenciando perfil cónico, e de duas tiras metálicas rectangulares com diversas tachas, associadas a estas, com vinte centímetros de comprimento cada.

A peça central corresponde à zona de prensão e proteção do punho, designada em latim como *Umbo*. No decorrer da escavação detetou-se que partindo do *Umbo*, existiam duras

tiras metálicas que estavam diretamente interligadas com este. Sendo que numa delas, se preserva a própria espessura original dos materiais perecíveis que constituíam o corpo do escudo.

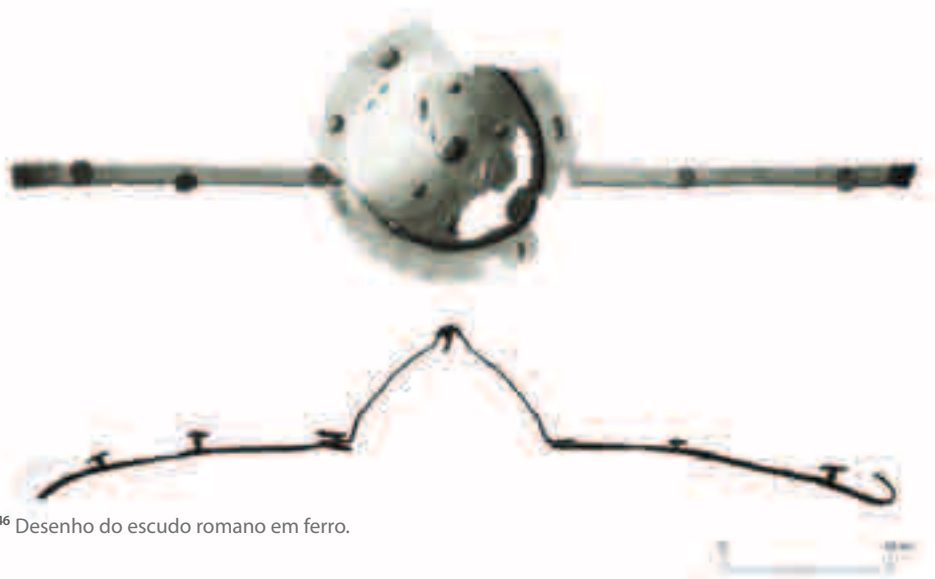
Ao reconstituirmos graficamente o escudo vislumbra-se a sua largura, assim como o perfil original, intencionalmente encurvado o interior.

Tendo em conta os paralelos conhecidos no mundo romano assim como as referências dos autores clássicos, podemos tendo em conta a medida de largura do escudo reconstituir as suas dimensões originais assim como o seu formato.

O exemplar de Monte dos Castelinhos pode assim reconstituir-se como um escudo oval ou sub-oval com lados retos e extremos arredondados, medindo cinquenta e dois centímetros de largura e tendo uma altura estimada de cerca de um metro.

O geógrafo e historiador grego Políbio legou-nos, a mais antiga e completa, descrição sobre o equipamento e a organização do exército romano republicano. Políbio aborda o escudo romano e afirma que ele é convexo, e mede 1,18 metros d altura por 0,74 cm. E descreve a sua construção da seguinte forma:

*"It consists of two layers of wood fastened together with bull's hide glue; the outer surface is then covered first with canvas and then with calf-skin. The upper and lower edges are bound with iron to protect the shield both from the cutting strokes of swords and from wear when resting on the ground. In the centre is fixed an iron boss, which turns aside the heavy impact of stones, pikes and weighty missiles in general." (Bishop and Coulston, 1993, p. 58 – Polybius (6.23. 2-5)).*



<sup>46</sup> Desenho do escudo romano em ferro.

Amílcar Guerra<sup>1</sup> . João Pimenta

## Os projéteis de funda de Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português

A identificação de elementos inequívocos de armamento itálico em Monte dos Castelinhos constitui um dos elementos mais substanciais para a interpretação do sítio como local onde, a determinada altura, se terá registado o estacionamento ou pela menos a presença, ainda que pontual, de tropas romanas.

Se estas se encontrariam acantonadas no que teria sido um espaço habitacional, desprovido de natureza militar ou se o sítio poderá entender-se como um estabelecimento castrense de cariz permanente é algo que nesta fase do projeto não é de todo claro e só o evoluir da escavação o poderá virtualmente determinar.

O dado mais consistente em que se fundam estas considerações reside na circunstância de, até à campanha de 2012, se terem identificado três projéteis de funda em chumbo, assim como diversos elementos que atestam a fundição deste metal e o fabrico através da técnica de martelagem de glandes *plumbeae*.

O processo de escavação permitiu enquadrar com rigor a presença destes projéteis na estratigrafia do sítio. Estes encontravam-se depositados em contextos bem datados entre 50 e 30 a. C., podendo, dentro do faseamento da estação, ser associados ao momento de destruição generalizada do local. Contudo os elementos que atestam o seu fabrico, e inclusive uma rara glande identificada em processo de produção, estão relacionados com os níveis de ocupação associados a espaços arquitetónicos concretos.

Importa, deste modo, interpretar e compreender a ocorrência destes achados, enquadrando-os no âmbito dos vestígios similares registados no território português.



<sup>1</sup> UNIARQ, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

### As glandes de chumbo e o exército romano do final da república

Os projéteis de chumbo, conhecidos na terminologia latina como *glans plumbeae*, são normalmente associadas a corpos especializadas do exército romano, conhecidos geralmente como *funditores* (fundibulários). Todavia, na literatura especializada, discute-se se estas funções eram acometidas a unidades especiais, ou se seriam exercidas por normais tropas legionárias. Invocam-se a este respeito, duas informações de sentido aparentemente contraditório. Por um lado, sublinha-se a contratação de unidades com especial aptidão no uso deste instrumento, constituídas por indivíduos de determinadas origens: citam-se nomeadamente os Baleares (Veg. 1.16) e a sua destreza no uso deste instrumento ou a excelência dos fundibulários da Acaia (Plb. 6.61.2), ainda que na Grécia se atestem com frequência diferentes origens para estes corpos especializados: málios, ródios, acarnianos, tessálios, etólios, etc. É precisamente um contingente com esta última proveniência que se encontra presente no cerco de Numância, como o tornam patente algumas inscrições em glandes aí recolhidas.

Em sentido distinto a esta especialização parecem orientar-se as informações de Vegécio, segundo as quais se recomenda a aprendizagem do uso da funda aos elementos mais jovens do exército e uma referência epigráfica.

Na terminologia latina, particularmente em Vegécio (3.14), regista-se, a par deste, o termo *fustibalatores* para denominar o grupo de tropas que manobra o *fustibalus*, instrumento similar, que associa um bastão a um elemento de couro, enquanto que a funda seria de linho ou seda. Ambos projetariam, segundo este mesmo texto, elementos pétreos e não as conhecidas balas de chumbo a que aqui aludimos. Trata-se, naturalmente, de uma alteração bem conhecida e que se encontra iconograficamente bem documentada na coluna de Trajano, onde se representam em ação estes mesmos elementos auxiliares do exército, que recolhem no manto os projéteis de pedra de que necessitam.

Vegécio (1.16) põe em evidência as vantagens do uso da funda em contexto militar, sublinhando os efeitos que pode causar nos inimigos e a necessidade de difundir o seu uso na generalidade das tropas. Este autor do período tardo-romano põe em evidência a continuidade cronológica do uso da funda, mas da sua obra decorre igualmente que os projéteis a que alude não têm que ver com os elementos de chumbo que se registam no sítio do Monte dos Castelinhos e com o amplo conjunto de objetos similares atestados em âmbito hispânico.

Embora o uso da funda se possa encontrar em contextos cronológicos muito amplos, no que diz respeito à sua associação com a presença romana na Península Ibérica o recurso a esta arma encontra-se especialmente atestado no final da República, registando-se arqueologicamente, de modo muito particular, no decurso dos conflitos internos de Roma, em concreto nas Guerras Sertorianas e nas que opõem César aos pompeianos. De facto, entre os mais importantes achados deste tipo de materiais, encontram-se precisamente conjuntos que, pela informação de natureza epigráfica ou pelos elementos de natureza histórica, se associam a esses dois acontecimentos.

As inscrições que foram apostas neste tipo de materiais constituem um dos aspetos mais salientes dos materiais provenientes da Hispânia e a sua abundância explica-se pela necessidade de legitimação sentida pelos seus responsáveis. Tanto Sertório como Pompeio, perante as situações de ilegalidade, procuravam suprir essa carência através desse processo de propaganda com forte impacto, que se repercutia, em primeiro lugar, nas suas próprias tropas.

Uma recompilação dos dados de natureza epigráfica produziu recentemente um quadro de distribuição geográfica dos projéteis inscritos associados a esses dois núcleos de ações militares em âmbito hispânico.

Ao primeiro se atribuem tanto os indícios deixados pelas tropas sertorianas, que propagandearam as virtudes do seu chefe, mais abundantes, como as do defensor dos interesses de Roma, Cecílio Metelo. Em relação a este último sobreleva o conjunto de Azuaga, Badajoz. Os vestígios reportáveis a Sertório, apresentando-se geralmente na sua qualidade de procônsul ou propalando as suas virtudes (*pietas, fides, ius*) distribuem-se<sup>2</sup> especialmente pelo Nordeste hispânico, em particular pelo vale do Ebro e território vasco - províncias de Huesca, Zaragoza, Navarra, Alto Douro e Alto Tejo - província de Guadalajara, correspondentes aos conflitos na Hispania Citerior. Um outro núcleo importante regista-se na Andaluzia e respeita à acção na Ulterior de Sertório ou do seu lugar-tenente Hirtuleio. No sítio de San Sixto, Encinasola (Huelva) proporcionou, para além de outros, igualmente dois exemplares epigrafados com a legenda Q. SERTORI / PRO COS, que se atribuem geralmente aos primeiros momentos da acção sertoriana na zona do Guadiana. A proximidade deste lugar com a fronteira portuguesa, poderia colocar os episódios que decorrem até à morte de Hirtuleio, em particular as ações de Metelo na Lusitânia, em relação com alguns dos objetos similares que se identificaram no território português do vale do Guadiana. No que concerne ao período das Guerras civis entre pompeianos e cesarianos, constata-se

<sup>2</sup> Para a distribuição destes achados v. Díaz-Ariño, 2005, a que se adiciona um conjunto, de divulgação recente, ligado com a batalha de *Munda* (Pina; Zanier, 2006).



uma especial concentração de projéteis de chumbo inscritos em terras andaluzas, nas áreas correspondentes ao cerco de *Ategua* e, em particular, num amplo território em torno ao que se supõe ser o lugar onde terá decorrido a batalha de *Munda*.

Os exemplares de Monte do Castelhinho, pelos dados estratigráficos referidos, parecem enquadrar-se igualmente neste mesmo âmbito cronológico cesariano, ainda que não seja possível determinar a natureza das ações militares concretas a que se poderiam associar. No entanto, a contextualização dos artefactos sem epigrafia coloca algumas questões, especialmente complexas nos casos em que os indícios de que dispomos sobre a sua proveniência e enquadramento são pouco esclarecedores. De qualquer modo, tratar-se-ão apenas os casos em que temos garantias consistentes de que o seu aparecimento tem que ver com sítios arqueológicos identificados, maioritariamente de escavações arqueológicas. Excluir-se-ão, por isso, todos aqueles exemplares que, apesar de divulgados por diversas formas, resultam de outro tipo de pesquisas em sítios mal identificados e sem qualquer garantia de associação a contextos determinados.

Apesar disso, em relação a alguns dos achados, especialmente os achados isolados, desconhece-se o contexto preciso (um número significativo corresponde a achados antigos), numa parte dos casos é possível determinar reconhecer nos sítios outros elementos cronológicos compatíveis com os que habitualmente se apontam para estes materiais. De uma maneira geral apresentam-se como achados dispersos, mesmo quando originários de um mesmo local, sendo raros os casos em que podemos falar de contextos de produção e de armazenamento. Por isso se reveste de um carácter excepcional o abundantíssimo conjunto descoberto nas proximidades de Azuaga, Badajoz constituído por cerca de 1900 projéteis de chumbo alguns dos quais com o nome de *Quinto Cecílio Metelo*, associando-se, deste modo, a um processo de produção destes objetos no âmbito das campanhas contra Sertório. Um número similar atestou-se num dos mais antigos achados peninsulares, registado em Ampúrias, cujo montante ascende a 1406 balas. Relevante igualmente um conjunto de cerca de 500 espécimes, encontrado junto a Lorca, Múrcia que se considerou associado às Guerras civis entre César e os pompeianos.

Por estes exemplos, outra evidência arqueológica e pelas informações que decorrem de uma breve passagem do corpus cesariano (Bell. Afr. 20.3), tudo indica que os projéteis de funda eram tão fáceis de fabricar que podiam produzir-se pouco antes do conflito ou mesmo enquanto se combatia. Neste contexto cronológico e em âmbito peninsular registavam-se condições particularmente favoráveis à produção destes objetos: desde logo

pela proverbial riqueza metalífera da Hispânia; depois pela grande facilidade com que se poderia moldar este metal. Por esta razão não se considera, por via da regra, a preocupação em recuperar este material, uma vez usado ou quando se abandona o acampamento. De uma forma geral, considera-se que estes projéteis se encontram em zonas de conflito, associando-se, em primeiro lugar, a estruturas de carácter militar onde é possível reconhecer o estacionamento de tropas por determinados períodos, quer se trate de acampamentos de legiões, como acontece no caso dos projéteis de Numância ou Chões de Alpompe, quer se liguem a estabelecimentos de unidades mais pequenas, à semelhança da Lomba do Canho ou do Castelo da Lousa.

Todavia, há que considerar outros casos, dado que a presença destes achados se liga também a movimentações militares, em operação de cerco e ataque a posições ou de combate em campo aberto. Neste âmbito poderá caber uma boa parte dos casos, sobre os quais não dispomos de elementos que garantam a sua natureza militar.

A caracterização dos sítios é dificultada ainda pela falta de elementos cronológicos. Em Portugal, os sítios que nos permitem uma datação e um estudo significativo destes materiais são o Castelo de Lousa (Mourão) e o acampamento da Lomba do Canho (Arganil), principalmente este último, cujos materiais numismáticos e achados cerâmicos permitiram delimitar uma ocupação entre 75 e 40 a. C.

Apesar destas limitações e tendo em conta o aumento substancial dos achados de projéteis de chumbo, pensamos que se justifica reavaliar este tipo de materiais e procurar estabelecer uma relação entre eles e as ações militares dos finais da república romana.

### **Dispersão de glandes de chumbo no território português**

Desde o trabalho de síntese, que um de nós elaborou no já distante ano de 1987, o panorama da distribuição deste tipo de materiais alterou-se substancialmente, sendo pertinente fazer o ponto da situação e cartografar de novo as novas ocorrências. Sublinhe-se que os conjuntos continuam a ser, por via da regra, pouco numerosos e parcos em informação; o único achado de dimensão considerável (o de Casal de Tamazim) é referido de forma muito sumária na literatura especializada e, para além disso, desconhece-se o seu paradeiro atual.

Por outro lado, ao contrário do que se verifica em muitos outros contextos hispânicos, os exemplares identificados em território português não apresentam qualquer informação de natureza epigráfica que permita uma associação dos materiais a movimentos ou

ações militares concretas. Acresce que em muitos dos casos estamos perante achados sem contexto, o que inviabiliza uma atribuição cronológica precisa, limitando a hipótese da sua vinculação com um dos vários episódios bélicos que marcam os primeiros séculos da presença romana na Hispânia.

Apesar desta aparente escassez de elementos, o exercício que implicou a este trabalho permitiu redesenhar o panorama da distribuição destes projéteis e, assim, reconfigurar, numa perspetiva atual e com uma mais ampla massa de dados, as dinâmicas do processo de conquista romana no Ocidente peninsular.

Devemos questionar-nos em primeiro lugar, sobre o significado histórico deste tipo de materiais. Ainda que se correspondam a elementos ligados à presença de tropas, o seu aparecimento não deve significar necessariamente que a sua presença identifique sítios de índole castrense. Mas já nos parece mais plausível usar estes artefactos como indícios de uma determinada evolução das movimentações militares ao longo do território. Tendo em conta, porém, a sua habitual ligação com um núcleo muito concreto de conflitos - essencialmente as guerras civis que decorrem entre a rebelião sertoriana e a derrota dos partidários de Pompeio, o que abarca um período que não ultrapassa os 40 anos - este tipo de vestígios poderá converter-se num indicador interessante para compreender alguns momentos decisivos do domínio romano ou uma achega importante para definir a natureza dos sítios.

A ausência de elementos epigráficos nas glandes plumbeae provenientes do território português coloca sérios problemas a uma eventual associação destes objetos com factos concretos das movimentações militares do final da república. Qualquer proposta nesse sentido corre sempre o risco de se basear em conjeturas mais ou menos infundadas ou no encadeamento de hipóteses. Recordamos, a título de exemplo, que vários projéteis se identificaram no sítio de Segóvia (Elvas), nas escavações aí realizadas nos anos 70. Tomando como base o topónimo atual, os relatos dos acontecimentos transmitidos pelas fontes e alguns elementos de natureza arqueológica, Teresa Gamito sugeriu, a determinado momento, que este sítio deveria corresponder à localidade em que *Hirtuleio*, legado de Sertório na *Ulterior*, foi vencido. Os fundamentos em que assenta esta hipótese limitam-se a um texto muito breve e pouco explícito a respeito da geografia dos conflitos e a um elemento toponímico relativamente comum. Todavia, ponderadas as múltiplas questões que se colocam à identificação dos espaços concretos em que decorreram muitas das ações militares que os autores clássicos nos transmitem, a hipótese colocada por Teresa

Gamito reúne condições de natureza linguística, arqueológica e histórico-geográfica que a colocam em melhor posição do que a alternativa de Schulten (1927, p. 142), nomeadamente a possibilidade de se tratar da cidade homónima situada em Castela. Recorde-se, no entanto, que alguns autores (Chic, 1986, p. 174; Spann, 1987, 109-110), tendo em conta um passo do *Bellum Alexandrinum* (57. 6) em que se reporta uma *Segoviam ad flumen Sincilense*, a qual corresponde ao sítio de Isla de Castillo, junto a Écija (Sevilha), apontam uma alternativa que se manifesta mais viável, tendo em conta que Hirtuleio, o legado de Sertório na Ulterior, teria invernado em Italica (Sanctiponce, Sevilha).

De qualquer modo, ainda que seja difícil sustentar que a Segóvia elvense corresponda ao lugar em que pereceu Hirtuleio, é admissível que aí possa ter decorrido algum episódio desse mesmo conflito.

As movimentações militares dos apoiantes da causa sertoriana no sul de Portugal, encontram-se, entre 79 e 78 a. C., associadas pelo menos a dois espaços distintos: por um lado a *Conistorgis*, aglomerado de localização incerta, mas certamente atribuível à zona mais meridional do território português; por outro, à cidade de Dipo, a qual, depois de um forte ataque de Metelo, foi por este tomada. Este importante povoado, que cunhou moeda, tem sido genericamente colocado, de acordo com a interpretação de Saavedra (1862: 92), na área de Elvas. Recentemente foi dedicado ao tema da sua localização um amplo estudo, que opta pela sua colocação nas proximidades de Guadajira, Badajoz (Almagro; Ripollès; Rodríguez, 2009, p. 44). Todavia, com base na análise das vias romanas da região e ligando a interpretação dos itinerários com a epigrafa viária (Alarcão, 1988, p. 98; Guerra, 1998, p. 427-428), sugeriu-se que essa importante praça-forte deveria corresponder à atual Évoramonte. Nesse local, onde se registam imponentes vestígios de cinturas amuralhadas têm sido conduzidos trabalhos arqueológicos, os quais permitiram juntar, ao projétil de terracota já conhecido desde finais do século XIX, outro exemplar idêntico recolhido junto à área do Castelo.

Mais problemática ainda se torna qualquer vinculação dos achados de projéteis no território mais setentrional da Lusitânia com a presença de tropas ou movimentações militares nos finais da República. Em nenhum dos quatro sítios que apresentam estes tipos de vestígios podemos garantir uma associação entre determinados acontecimentos históricos e esses vestígios materiais.

De qualquer modo, uma eventual relação desta mesma área com episódios bélicos de outros períodos, nomeadamente de período sertoriano, não se encontra excluída. Como

um de nós já chegou a sugerir, deveria considerar-se a possibilidade de situar nesta região o famoso episódio do cerco de Metelo a uma *Langobrita*, que poderia, em alternativa às outras hipóteses de Lagos e de uma Lancobriga da região aveirense, identificar-se com a actual Longroiva, Meda, local cujo antigo seria igual a este último, como resulta da documentação epigráfica.

Naturalmente, qualquer tentativa de associar os materiais arqueológicos objeto deste contributo com determinados acontecimentos confronta-se sempre com uma mesma objeção de fundo: a falta de argumentos sólidos, isto é, de uma confirmação de natureza epigráfica semelhante à que se pode apresentar para outros sítios da Hispânia.

Sobreleva, na análise da distribuição geográfica dos vestígios de glandes *plumbeae*, a sua especial concentração no Vale do Tejo, num território cujo centro se situa em Santarém. Esta circunstância não constitui qualquer surpresa, uma vez que corresponde de forma adequada ao peso dessa cidade nas movimentações militares ocorridas no extremo Ocidente Peninsular, especialmente entre as campanhas de *Décimo Júnio Bruto* e o período cesariano.

Tradicionalmente os acontecimentos de cariz militar associam-se tanto à própria *Scallabis* como ao sítio de *Móron*, ao qual se liga em particular o estacionamento das tropas romanas sob as ordens de *Décimo Júnio Bruto*. Ainda que não se encontre completamente resolvida a questão da identidade de *Móron*, predomina a ideia de que este lugar deve corresponder ao sítio de Chões de Alpompe, onde se têm reconhecido uma importante presença militar, compreendida pelo menos entre o último quartel do século II e os primeiras décadas do século I a. C. A questão da duração da vida deste estabelecimento tem sido discutida e, embora o seu terminus não seja consensual, o conjunto numismático aponta para que um momento decisivo de rutura da continuidade tenha ocorrido numa determinada fase do conflito sertoriano, em torno a 80-78 a. C., coincidindo com as ações de *Cecílio Metelo* na Lusitânia. Nestas circunstâncias, seria provável não apenas que esse estabelecimento se encontrasse também ligado a alguns dos episódios deste conflito, como se tornaria viável que pertencessem a este período as *glans plumbeae* aí identificadas.

Quanto aos outros locais do Baixo Tejo em que se identificaram projéteis de funda pouco se poderá acrescentar, uma vez que não dispomos de elementos consistentes para o seu enquadramento histórico e cronológico. Vale a pena sublinhar, de forma genérica, que esta área não corresponde apenas à maior concentração de achados deste tipo, como se consagrou como o principal ponto estratégico e de estacionamento de tropas no extre-



mo Ocidente, segundo a documentação de natureza histórica e arqueológica. Sabemos que a própria *Scallabis* se designou, em determinado momento, como *Praesidium lulium*, interpretando-se estes apelativos como sinais do estabelecimento, em período cesariano, de um importante corpo de tropas. No entanto, pouco se conhece dos vestígios materiais correspondentes a esta presença militar. As escavações levadas a cabo na própria cidade, na área da Alcáçova, proporcionaram duas glandes. Mas esses materiais não têm necessariamente que ver com a circunstância histórica referida.

Deve considerar-se a possibilidade de as unidades militares com que César contou nas suas ações em território lusitano se encontrarem estacionadas nas proximidades de Santarém, não faltando hipóteses que pudessem corresponder ao local da sua instalação. O Alto do Castelo, em Alpiarça, apresenta-se como um desses sítios, mas os dados de que dispomos a seu respeito são bastante vagos. Pelos perfis das estruturas de terra parece um lugar de cariz militar, mas faltam os elementos mais precisos e consistentes, incluindo os respeitantes à sua cronologia.

Mais recentemente, o aparecimento de um conjunto significativo de material bélico, entre o qual se conta um conjunto significativo de glandes de chumbo, no lugar conhecido com o sugestivo nome de Alto dos Cacos, Almeirim, abriu caminho à hipótese de aí se ter instalado, em determinado momento do período republicano, uma qualquer unidade militar. Todavia, a informação existente sobre o sítio baseia-se apenas elementos descontextualizados.

Por fim, ainda nessa mesma região, deve assinalar-se o excepcional espólio encontrado num espaço situado nos limites entre a freguesias de Ulme e de Bemposta, pertencentes respetivamente aos concelhos de Chamusca e de Abrantes, tudo levando a crer que os vários achados atribuídos a esta área possam corresponder a um único sítio arqueológico. O aspeto mais surpreendente reside na sua dimensão - 96 kg de projéteis de chumbo, segundo uma notícia antiga - sugerindo que o conjunto poderia ser constituído por mais de dois milhares de peças, se tivermos em consideração que os objetos provenientes do Casal da Cascalheira pesam, em média, menos de 40 gramas.

Apesar da dimensão do achado, desconhece-se o contexto arqueológico associado a estes materiais e, portanto, a natureza do sítio. Chama todavia a atenção o fato de se situar junto de um dos percursos viários que ligava Augusta Emerita a Olisipo. Aspeto que se confirma pelo facto de nas proximidades se encontrar o sintomático topónimo "Semideiro" e se conservar ainda no local um marco miliário.

Não podemos deixar de expor aqui a nossa perplexidade, quando no decorrer da investigação tentámos localizar no terreno a proveniência do conjunto de glandes depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, verificámos que Casal da Cascalheira fica apenas a algumas centenas de metros do sítio de Casal de Tamazim. Porém a fronteira administrativa entre os concelhos de Chamusca e Abrantes passa precisamente entre eles. Serão assim apenas um sítio?

Esta possibilidade é assaz relevante e indicadora de estarmos perante uma zona onde as movimentações militares se fizeram sentir. Por aqui passava a via romana XIV que ligava *Olisipo* e *Scallabis* a *Augusta Emerita*, sendo conhecidos diversos miliários neste percurso e inclusive na zona de Casal de Tamazim.

Segundo a Carta Arqueológica de Abrantes (Silva; Batista; Gaspar, 1999), teria sido em 1936, que foi encontrado no sítio do “Terroal”, junto do casal do Tamazim, o depósito de glandes de chumbo que deu origem à referência de Mário de Saa (1956, p. 256-257). Nessa mesma obra se acrescenta ainda a relevante e inesperada informação de que esse achado teria um peso global de 96 quilos e que foram oferecidas pelo proprietário a pessoas interessadas diversos exemplares dos projéteis. Daqui proviria, presumimos, o conjunto de nove glandes depositadas no Museu Nacional de Arqueologia, dado como originário do vizinho lugar de Casal da Cascalheira.

Por fim, são bem conhecidas, neste final do período republicano, as ações militares de César contra os Lusitanos na região do *mons Herminius* e muito particularmente o conflito com os *Meidubrigenses* (Alarcão, 1988, p. 25-26). Não é possível, nas atuais circunstâncias, relacionar estas movimentações com realidades arqueológicas conhecidas. O estabelecimento militar romano da Lomba do Canho, ainda que inserível neste âmbito cronológico, poderá não ter nada que ver com estas operações. A natureza peculiar do sítio tem sido associada à exploração aurífera identificada na área de Arganil, aspeto que justifica, por si só, a presença militar. Deste modo, uma relação entre os projéteis conhecidos neste sítio e estes acontecimentos históricos ou outros pode não passar de uma ousada conjectura.

Mais problemático ainda se revela o enquadramento histórico dos outros conjuntos portugueses de glandes *plumbeae*, pelo que se deve deixar em aberto esta questão, pelo menos enquanto se mantiver a imensa carência de elementos a seu respeito. A investigação carece de escavações rigorosas e pouco aproveita de achados isolados e verificados em circunstâncias pouco compatíveis com as normativas que pautam o exercício da atividade arqueológica.



<sup>47</sup> Mapa do território atual português com a distribuição dos projéteis de funda.

Temos assim de sul para norte:

**1| Alvor:** Um exemplar depositado no Museu Nacional de Arqueologia e que transitou das coleções do antigo Museu do Algarve. No inventário do MNA está dado como proveniente de Alvor, ainda que interrogada. (Veiga, 2005, p. 343).

**2| Foz do rio Arade (Portimão):** Um exemplar (Peça inédita do acervo do projeto IPSIIS).

**3| Balsa (Tavira):** Três exemplares (Peças inéditas de coleção particular. Agradecemos a informação a Luís Fraga da Silva).

**4| Mértola:** Três exemplares depositados no Museu Nacional de Arqueologia e já publicados por um de nós (Guerra, 1987, p. 170)

**5| Castelo da Lousa (Mourão):** Três exemplares depositados no Museu de Évora (Guerra, 1987). A que se vem juntar mais três exemplares das escavações recentes (Ruivo, 2011, p. 514).

**6| Castelo das Juntas (Moura):** Onde escavações recentes detetaram uma importante estação de época romana republicana, onde se terão recolhido dois projéteis de funda em chumbo (Albergaria; Melro; Ramos, 2008, p. 44).

**7| Povoado da Serra de Segóvia (Elvas),** em cujas escavações, dirigidas por J. Evans e J. Morais Arnaud em 1972, se identificaram "projéteis de chumbo, tão característicos dos locais de batalha entre Romanos e Iberos" (Gamito, 1981, p. 37; Fabião, 1998, p. 236).

**8| Povoado do Castelo de Veiros (Estremoz):** Referência à existência de "várias glandes *plumbeae*" em coleção particular (Fabião, 1998, p. 238).

**9| Anta Grande do Zambujeiro (Évora):** Um exemplar depositado no Museu de Évora (Galamba, 2008, p. 25).

**10| Évora Monte (Estremoz):** Conhecem-se com esta proveniência duas invulgares *glans latericia* (Vasconcelos, 1896). Uma publicada desde à muito por Leite de Vasconcelos e outra recentemente identificada nas escavações de contrato aí efetuadas junto ao Castelo (Costa, 2012, p. 701).

**11| Cabeça de Vaiamonte (Monforte):** Referência à existência de “glandes de chumbo” (Fabião, 1998, p. 201).

**12| Sítio de Raimona (Maфра):** Terão aparecido, em contexto pouco claro, três glandes de chumbo (Cardoso, 2002, p. 93).

**13| Castelo de Torres Vedras:** Em escavações efetuadas na área do cemitério, dentro da cerca do Castelo, foram recolhidas duas glandes (Cardoso; Luna, 2005, p. 70).

**14| Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira):** O projeto de investigação em torno desta estação permitiu recolher em contexto, três exemplares.

**15| Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos):** Duas glandes inéditas.

**16| Azeitada (Almeirim):** Duas glandes inéditas.

**17| Vale de Tijolos (Almeirim):** Duas glandes inéditas.

**18| Alto dos Cacos (Almeirim):** Quarenta e nove glandes (Pimenta, Henriques, Mendes, 2012, p. 73).

**19| Casal da Cascalheira|Ulme (Chamusca):** Nove exemplares depositados no Museu Nacional de Arqueologia e já publicados por um de nós (Guerra, 1987, p. 170).

**20| Casal de Tamazim|Bemposta (Abrantes):** Mário de Saa refere o achado no sítio de “Terroal”, do casal de Tamazim de “(...) uma boa provisão de pelotas de chumbo (balas de dois bicos, do feito de bolotas), que serviam aos fundibulários romanos (...)” (Saa, 1956, p. 256-257).

**21| Alcáçova de Santarém:** Duas glandes, provenientes de escavação (Fabião, 2002b, p. 165)

**22| Chões de Alpompé (Santarém):** “(...) avultam os projecteis de chumbo para funda (glandes plumbeae), elementos característicos do exército romano republicano, que conservam ainda rebarbas, indiciadoras de terem sido localmente fabricados.” (Fabião, 2002a, p. 151). No decorrer deste trabalho podemos observar um conjunto de quatro glandes deste sítio, depositadas no MNA.

**23| Foz do Enxarrique (Vila Velha de Rodão):** Três exemplares depositados no Museu Nacional de Arqueologia (Guerra, 1987, p. 170), provenientes dos estratos mais recentes de um sítio conhecido pela sua ocupação paleolítica.

**24| Lomba do Canho (Arganil):** Nove exemplares depositados no Museu Regional de Arqueologia de Arganil (Guerra, 1987), resultantes dos trabalhos arqueológicos aí realizados pelo Prof. Castro Nunes.

**25| Castelo Mendo (Almeida):** Um exemplar, associado a outro material bélico (Perestrelo, 2005, p. 87; 2006, p. 58).

**26| Castelo dos Mouros de Cidadelhe (Pinhel):** Um exemplar (Perestrelo, 2005, p. 85-86; Perestrelo, 2006, p. 59), no decurso de escavação realizadas no sítio.

**27| Carviçais (Moncorvo):** Um exemplar depositado no Museu Nacional de Arqueologia (Guerra, 1987, p.171).



Teresa Rita Pereira

### **Agrafo de arreio/ *cingulum* (?).**

No decorrer das escavações de Monte dos Castelinhos, recolheu-se diversos elementos de equipamento militar, particularmente importantes para a compreensão da funcionalidade do sítio.

Face à sua singularidade e ao elemento de aparentemente ter servido de suporte epigráfico, sublinhamos o presente artefacto metálico:

Duas placas de forma sub-retangular de liga de cobre, estreitas e unidas por argola que proporciona um olhal ovalado de secção semicircular. As placas apresentam marca de rebite de feição circular junto à argola, sendo que na outra extremidade não se apresentam justapostas uma vez que não se conservou o rebite que as juntaria também naquela zona. Cada uma das faces destas placas apresenta uma dupla cartela retangular obtida com recurso a sulcos incisos na peça. Centradas no interior de cada uma destas cartelas parecem conservar-se vestígios de inscrições em alto-relevo. A leitura destas inscrições oferece algumas dúvidas, sendo que as letras LE[...] parecem legíveis, seguidas de um G, X ou mesmo de GX das quais poderíamos supor as leituras LEG(atus?), LEG(io?), LEX(?) ou mesmo LEG(io?) X(?). Não obstante, e apesar de estas serem propostas tentadoras preferimos não avançar com uma leitura definitiva para as mesmas.

A proposta de designação que fazemos para este objeto de reduzidas dimensões, de uma utilização como agrafio de arreio, tem por base os inúmeros paralelos datados de época romana. Apesar de este tipo de agrafio de arreio composto por duas placas unidas por rebites circulares e argola de olhal ovalado surgir em época pré-romana, como os de Las Cogotas ou Carratiermes, os exemplares de cronologia posterior distinguem-se pela sua menor dimensão e por preterirem a utilização do ferro. Os agrafios de arreio funcionam como forma de ligação entre a correia e outros elementos, sendo que a maioria dos exemplares apresenta decoração. Apesar de Michel Feugère considerar estes exemplares elementos



de arreio, William Kurtz refere a hipótese de poderem tratar-se de agrafos utilizados na sujeição do cinturão/ *cingulum*. Esta hipótese também não deverá ser descartada, nomeadamente quando se regista a ausência de ligação a outros elementos de arreio. Seria tentador sugerir que a leitura proporcionada por este agrafó fosse realmente atribuível à Legio X *Equestris*(?), uma vez que se trata de uma legião erguida pelo próprio César em 61 a.C. e que era, como o próprio nome indica, uma legião de cavaleiros. Se por outro lado a leitura for a de *legatus* (?) é importante referir que o *legatus legionis* é uma importante figura administrativa, nomeadamente nos exércitos de Júlio César, em que os legados eram selecionados pelo próprio general para funções de comando de tropas e de logística das mesmas.



<sup>48</sup> Agrafó de arreio/ *cingulum* (?).



Carlos Fabião

## Romanos no baixo Tejo

O estudo da presença romana no baixo Tejo tem oscilado ao longo do tempo entre a valorização das escassas notícias que nos legou a literatura antiga e a informação gerada pelo registo arqueológico. Diferentes fontes históricas, que nos levam a leituras e interpretações nem sempre fáceis de conciliar.

O primeiro dado que devemos considerar prende-se com o carácter de finis-terra que o ocidente assumia para Roma. Estas longínquas paragens não tinham particular relevância para aquela potência mediterrânea, na fase inicial da sua expansão. Não consta que por aqui existisse nada de especial interesse, pelo que se compreende que os textos sejam omissos quanto a uma qualquer viagem ao ocidente em tempos anteriores ao início do processo de conquista da Ibéria; e mesmo quando este se iniciou, a partir das atuais costas da Catalunha em direção à zona do Estreito de Gibraltar, o espaço hoje português, parece ter ficado por largo tempo esquecido. Sublinhe-se que, neste particular, o registo arqueológico é absolutamente concordante: nada de origem itálica se pode datar de momentos anteriores à presença das legiões e estas só teriam chegado ao vale do Tejo no

último terço do século II a.C., muitas décadas depois do início da conquista da Península Ibérica. Como veremos, esta observação é importante para uma correta valorização dos mais antigos registos de artigos itálicos na região em apreço.

Mas vamos aos textos ou, melhor dizendo, ao que nos dizem sobre as presenças romanas no baixo Tejo, os poucos que até nós chegaram.

O primeiro, sem dúvida o mais importante, é o apontamento contido na Geografia, do grego Estrabão, que narrou como o governador romano *Iunius Brutus*, cognominado o Galáico, pelas suas triunfais campanhas até ao noroeste da Península Ibérica, teria estabelecido a sua retaguarda de apoio nas cidades de *Olisipo* e *Móron*, esta última, a 500 estádios (c. 88 / 96 km) da foz do rio Tejo (III.3.1), antes de rumar a norte. Em qualquer dos casos, não é possível saber se a opção estratégica do governador terá sido a de colocar guarnições no interior destes núcleos ou se, pelo contrário, terá optado por instalar acampamentos nas suas imediações. Dataria do ano de 138 a.C. esta campanha, a mais antiga de que temos conhecimento a percorrer extensamente o espaço hoje português.

O segundo, deve-se ao naturalista Plínio o Velho que, referindo-se à cidade de *Scallabis*, diz ter sido *praesidium iulium* (N.H. 4, 117), uma denominação que evoca, a um tempo, o carácter militar do sítio (um *praesidium*) e o seu suposto fundador: Júlio César. Se podemos associar o lugar ao conhecido general romano, teríamos de datar de 61-60 a.C. a sua fundação, justamente o período em que assumiu funções de governo na mais ocidental das províncias hispânicas.

A estas duas brevíssimas referências se resume todo o conhecimento transmitido pelas fontes literárias sobre presenças militares romanas no baixo Tejo, sendo certo que se poderá valorizar também um local denominado *Aritium Praetorium*, referido no chamado Itinerário de Antonino, uma fonte mais tardia, que apresenta as principais vias de comunicação. A localidade pertence a um dos itinerários entre *Olisipo* a *Augusta Emerita*, a capital da província da Lusitânia, sob a atual cidade espanhola de Mérida. O seu carácter militar é deduzido da designação “pretoriana”, embora a menção em fonte tardia indique ter sobrevivido, talvez como aglomerado civil, às primitivas funções militares. Situar-se-ia seguramente na bacia hidrográfica do Tejo, mas em lugar incerto.

Como facilmente se compreende, a investigação arqueológica tem procurado identificar no terreno os locais de que se conhece somente o nome (*Móron* e *Aritium*) e rastrear a presença das legiões no registo arqueológico das localidades de incontestável identificação, *Olisipo* / Lisboa e *Scallabis* / Santarém.

No que ao primeiro lugar diz respeito, parece aceitável situá-lo em Chões de Alpompe (Santarém), localizado a uma distância da foz do Tejo compatível com o relato de Estrabão. Desde a década de 50 do século XX, os investigadores têm sublinhado a notável abundância de vestígios arqueológicos de época romana republicana que ali se observam – e a informação a tal se circunscreve, porque nunca houve escavações arqueológicas naquele lugar. Trata-se de um vasto planalto de cerca de 20 ha, sobranceiro à zona de confluência do Tejo com o Alviela, em posição dominante e com condições naturais de defesa.

Os materiais recolhidos em Chões de Alpompe incluem artefactos pré-romanos suficientemente expressivos para se poder supor a existência de um aglomerado indígena pré-romano ali instalado, mas são sobretudo os materiais de importação itálica os que mais chamam a atenção. De estes últimos, destaca-se um apreciável número de ânforas originárias das costas tirrénicas da Península Itálica, que serviam para transportar vinho, onde avultam alguns exemplares do chamado tipo greco-itálico, especialmente interessantes, por se terem deixado de fabricar (e difundir) no último terço do século II a.C.. Merece igual destaque a presença de telhas de rebordo (*tegulae*), as típicas cerâmicas de cobertura romanas, bem como um exemplar de tijolo romboidal utilizado na pavimentação de espaços residenciais. Assim, temos provas da existência de construções realizadas segundo padrões romanos e receção de artigos provenientes dessas paragens.

Conhecemos também um extraordinário conjunto de moedas (recolhidas por dois detetoristas e estudadas pelo numismata José Ruivo), o mais numeroso de todos os resultantes de perdas ocasionais conhecido no país, de época romana republicana. Compõe-se de um pequeno tesouro (ou seja, um conjunto de objetos de valor, moedas, jóias ou ambos, reunidos e ocultados deliberadamente pelo seu possuidor) de 20 moedas de prata, das quais a mais recente data de 85 a.C.; e de uma série de 128 moedas anteriores a 80 a.C. e três moedas mais tardias, já dos inícios do século I da nossa Era. O primeiro elemento a salientar é a sua abundância, o segundo a cronologia, genericamente anterior a 80 a.C., finalmente, a composição, 64 moedas de prata, 42 de bronze, registando-se uma elevada presença de numismas de bronze de origem itálica, e ainda 22 exemplares de cunhagem hispânica (para além das 3 moedas mais tardias, claramente indicadoras de uma ocupação posterior do local, mas com menor expressão).

No período romano republicano, o exército era pago com numerário de prata, sendo por isso mesmo expetável a sua abundância em lugares de instalação militar. Mas, nas transações correntes, o numerário de bronze era o mais usado. A desproporção verificada entre

estas moedas de Roma e as de cunhagem hispânica aponta para uma presença de gentes oriundas da península itálica, que teriam trazido nas suas bolsas estas úteis moedas, de menor valor.

Assim, a conjugação entre a presença de elementos de construção de inspiração itálica, as importações de artigos alimentares e a abundância de moeda constituem argumentos suficientes para identificar em Chões de Alpompe uma instalação romana e, pelas razões aludidas, de cariz militar. O contingente usou um espaço anteriormente ocupado pelos indígenas. Pode dizer-se, pois, que, com alguma verosimilhança, ali se situaria a cidade de Móron e o acampamento de Brutus ainda que seja arriscado avançar com afirmações categóricas, no estado atual dos conhecimentos.

De Aritium desconhece-se em absoluto a sua localização. As insanáveis dúvidas residem, por um lado, na dificuldade sentida em definir concretamente o traçado da via romana sobre a qual se situaria, associada aos habituais problemas em estabelecer categoricamente a correspondência entre sítios arqueológicos e lugares mencionados na literatura antiga, sobretudo quando são tão escassas as informações. Jorge Alarcão sugeriu que pudessem situar-se entre Benavente e Salvaterra de Magos, acabando mais tarde por se inclinar para uma localização na zona de Bemposta, Abrantes, talvez mesmo no lugar de Casal de Tamazim, Abrantes. O principal dado a favor desta hipotética localização prende-se com a notícia do achado de um grande conjunto de balas de chumbo (*glans plumbeae*) ali aparecido, sem que infelizmente se tenha conservado mais do que a memória do seu achado ocasional, por se tratar de projéteis típicos do exército romano republicano. Se a notícia, recolhida pelo publicista Mario Saa, é claramente indicadora de uma presença militar naquelas paragens, afigura-se insuficiente para sustentar a hipótese de ali se localizar o aglomerado romano.

No tocante às outras duas cidades, *Olisipo* e *Scallabis*, a situação era bem diferente, mas o conhecimento que tínhamos do seu envolvimento e participação no processo da conquista romana, registou significativos avanços nas últimas décadas.

Sobre a primeira, pode dizer-se que nunca houve hesitações em situá-la sob a zona histórica da atual cidade de Lisboa. O número de registos epigráficos (e de outra ordem) disponível é desde sempre particularmente expressivo e concludente. A dúvida situava-se em identificar onde poderiam estar os traços dessas primeiras instalações militares, em um espaço urbano que nunca deixou de o ser, com as dinâmicas próprias de uma urbe que se refaz constantemente, “reciclando” os restos das anteriores cidades que lhe subjazem.



A opinião dos investigadores dividia-se entre a ideia de localizar o acampamento de Brutus nas imediações do povoado indígena e a contrária de conceber a sua instalação no seu interior.

As recentes escavações arqueológicas de contrato, realizadas sobretudo na área do Castelo de S. Jorge, revelaram um abundantíssimo registo de materiais importados de procedência itálica, que remontarão aos finais do século II a.C., ou seja, que apresentam cronologia compatível com a notícia de Estrabão sobre a grande campanha do governador romano. Bem entendido, desde essa primeira utilização da cidade da foz do Tejo, o local não mais deixou de ser um relevante pólo romano. De entre o numeroso acervo de materiais, sobretudo ânforas fabricadas nas costas tirrénicas, sublinhe-se, um registo análogo ao documentado em Alpompe, não se pode dizer que haja muitos elementos que categoricamente possam ser classificados como artigos de uso militar. Não há muitas armas, nem elementos de armaduras ou arreios e adereços de cavalaria. Mas, um tão grande número de contentores de transporte de alimentos é perfeitamente compatível com as necessidades logísticas do exército romano.

Não temos por isso grandes dúvidas de que o topo da colina do castelo foi lugar de estacionamento de tropas romanas, desde os fins do século II a.C.. Como o aglomerado indígena ocupa sensivelmente a mesma colina, com extensões para as zonas ribeirinhas, devemos depreender que, pelo menos, uma parte do exército se instalou no interior do povoado ali existente, independentemente de poder ter criado e usado outras instalações nas proximidades.

No caso de Scallabis, foi menos pacífica a sua localização no lugar onde se ergue a cidade de Santarém. Contudo, as escavações ali realizadas ao longo de muitos anos, pela equipa de Ana Margarida Arruda, sobretudo na zona da Alcáçova, desfizeram quaisquer dúvidas. Foi identificada uma longa diacronia de ocupação que se estende praticamente desde os inícios do I Milénio a.C., uma situação não muito distinta da registada em Lisboa, também em *Scallabis* houve uma continuidade ininterrupta das funções urbanas, que naturalmente dificulta as observações. Os trabalhos também revelaram abundante material de importação itálica, não necessariamente de uso militar, embora aqui se registem algumas armas, mas suficientemente expressivo para não suscitar dúvidas quanto à sua relevância no contexto dos primórdios da presença romana no ocidente.

Como seria de esperar, o maior volume das importações escalabitanas situa-se já no século I a.C., ou seja, em um momento mais avançado do que o documentado em Lisboa.

Pode dizer-se, por isso, que também aqui não existe divergência de maior entre o registo arqueológico e as notícias literárias.

Mais importante ainda do que os materiais importados ou que as (escassas) armas documentadas, foi a identificação de um complexo de construções que desenham um urbanismo de clara feição romana, com um notável registo de remodelações e reconstruções num curto lapso de tempo. Pela cronologia do seu ciclo de construção e uso, pelo cuidado desenho urbano, que contrasta com a precaridade dos materiais de construção utilizados, afigura-se aceitável associar estes edifícios ao uso militar de *Scallabis*.

Confrontando os dados arqueológicos e as notícias dos textos, poderemos propor a existência de um primeiro momento da conquista romana, datado de entre os finais do séc. II e os primeiros decénios do I a.C., associado às instalações de *Olisipo* e Chões de Alpompe, a que se seguiu um episódio de intenso conflito, associado à rebelião hispânica de Quintus Sertorius (80-72 a.C.). Aparentemente, na sequência deste confronto, Alpompe terá sido abandonado, á semelhança do verificado em outras instalações militares romanas da zona da Extremadura espanhola, como o grande estabelecimento de Cáceres el Viejo. Sublinhe-se, porém, que algum tipo de reocupação terá existido no planalto da margem do Alviela, uma vez que por lá se recolheram moedas do principado de Augusto, documentando uma presença humana quase um século depois desse presumido primeiro abandono.

O conflito sertoriano constituiu um episódio das guerras civis romanas e por isso mesmo não implicou qualquer perturbação maior no processo de transformação cultural em curso, há mesmo quem pense que intensificou a romanização da Península Ibérica, pela inusitada concentração de itálicos, divididos entre os dois lados da contenda. No entanto, terá implicado um recuo generalizado para sul, na direção da bacia do Guadalquivir, das posições oficiais, pela pressão dos insurretos. Será nesse contexto que se insere o presumido abandono de Alpompe e o facto de ali se ter identificado uma ocultação de riquezas não recuperadas, datável deste período, reforça a ideia. A “transferência”, por assim dizer, da posição militar romana, de Alpompe para Santarém, representaria uma etapa de “refundação” do domínio romano na região.

Pelas razões expostas, não sabemos onde situar *Aritium* no quadro destas movimentações. A instabilidade e as situações de conflito no baixo Tejo podem ainda ser aferidas pelo achado de algumas dessas ocultações de riquezas não recuperadas que, muitas vezes ocasionalmente, se vêm identificando na região. A maior parte dos casos costuma associar-se

ao conflito sertoriano, como os conhecidos tesouros de Columbeira, Charneca, Santarém ou o já mencionado conjunto de Chões de Alpompé, compostos por quantidades variadas de moedas de prata (denários), guardados em recipientes cerâmicos enterrados; ou ocultações mistas, de jóias e moedas, como o de Pinhal do Alvarinho ou o de Santana da Carnota, ambos em Alenquer, entre outros casos. Tradicionalmente, estas ocultações de riquezas não recuperadas são associadas a períodos de instabilidade e conflito, daí que os investigadores os relacionem com conjunturas atribuladas conhecidas pela literatura antiga. A cronologia das ocultações de riquezas é usualmente aferida pela data da emissão monetária mais recente. No entanto, não devemos forçar demasiado o registo arqueológico, de molde a fazê-la coincidir com narrativas baseadas na literatura antiga, até porque em muitos casos (e por diversas razões) não é possível conhecer na íntegra estes tesouros. Interessa é sublinhar que a partir dos finais do século II a.C. os usos de moeda se tornam cada vez mais correntes na região em apreço e que tal se pode observar não somente nos entesouramentos pontuais, mas na presença crescente no registo arqueológico de numismas de perda ocasional.

Igualmente indicador de situações de relativa instabilidade são as presenças de armas romanas em alguns locais, como os projéteis para funda, em grande concentração no Casal de Tamazim, na zona de Abrantes, conhecendo-se também achados em Ulme, Chamusca e outros, dispersos pelo território que aqui nos interessa. Também neste caso pode ser algo forçado pretender relacionar as armas com alguma situação de conflito documentada na literatura antiga, até porque a guerra entre romanos e indígenas teria assumido frequentemente os contornos de conflito de baixa intensidade, pontuado por inúmeras escaramuças menores, passíveis de deixar traços no terreno, mas não suficientemente relevantes para constarem nos anais da conquista.

A aparente conformidade entre notícias da literatura antiga e registo arqueológico foi abalada pela identificação de novos sítios, presumivelmente associados ao complexo processo de conquista e controle do território empreendidos por Roma.

O sítio do Alto do Castelo, Alpiarça, de há longa data referenciado como local de interesse arqueológico, foi objeto de uma intervenção promovida por investigadores alemães nos inícios da década de 80 do século XX. Buscavam os arqueólogos o que supunham ser um povoado da Idade do Bronze relacionado com as necrópoles daquele período existentes nas imediações. Trata-se de um vasto recinto de contornos regulares, delimitado por uma muralha de terra, que circunscreve uma vasta área de cerca de 30 ha. A sondagem ar-

queológica realizada identificou um complexo sistema defensivo, que conjuga a muralha de terra com um sistema de duplo fosso, caraterístico das arquiteturas militares romanas. Embora a escavação não tenha sido conclusiva no que respeita à data da sua construção, a presença de materiais de época romana (alguns dos quais de há muito conhecidos, diga-se), o sistema defensivo e as enormes dimensões do recinto, levaram os investigadores a supor tratar-se de um grande estabelecimento militar romano, erguido na margem esquerda do Tejo, praticamente em frente a Santarém e a Alpompe.

Mas não se limita a este caso o panorama das novidades. A investigação recente desenvolvida por João Pimenta e Henrique Mendes, iniciada em paralelo com o projeto de investigação do Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, veio acrescentar novos lugares de relevo ao panorama conhecido da ocupação romana de época republicana no baixo Tejo. Foram sinalizados outros notáveis sítios arqueológicos, como o Porto de Sabugueiro, Salvaterra de Magos, com ânforas greco-italicas, claramente associáveis às primeiras etapas da presença romana no baixo Tejo; e um possível estabelecimento militar romano, no Alto dos Cacos, Almeirim, também na margem esquerda do Tejo, mas com um registo arqueológico de superfície mais próximo das ocupações posteriores aos finais do conflito sertoriano. Trata-se de novas realidades maioritariamente situadas na margem esquerda do rio, com evidentes relações entre si e dir-se-ia em total simetria com a já conhecida na margem direita. Por se tratar de sítios que se avistam mutuamente e que estiveram ocupados em simultâneo, parece evidente a existência de uma articulação entre eles. Trata-se, no fundo, de um processo de apropriação e controle do território que se estende pelas duas margens do grande rio.

A estas observações pode somar-se ainda a crescente identificação de novos sítios e espólios que permitem perceber uma mais densa presença de materiais oriundos da Península Itálica e enriquecer a imagem do processo de romanização desta área.

Trata-se, afinal, de todo um vasto campo de estudo que agora ensaia os primeiros passos. Naturalmente, não anula o conhecimento anteriormente estabelecido, mas acrescenta-lhe riqueza e complexidade.

## Considerações Finais

A investigação arqueológica de um sítio com esta dimensão, nem sempre permite leituras contundentes e de cariz categórico, sendo assim e visto que nos encontramos a meio do caminho deste projeto não podemos deixar de sublinhar, que o discurso se encontra em processo de construção, não sendo ainda de todo claro que estabelecimento é este.

O primeiro ponto, que nos parece relevante, é de que perante os elementos de que dispomos, resultantes de diversas áreas de escavação em distintos pontos do sítio arqueológico, podemos afirmar categoricamente a inexistência de quaisquer níveis pré-romanos.

Temos assim, evidências consistentes, da construção de raiz, em meados do século I a.C., de um estabelecimento de dimensões consideráveis, mais de 10 hectares, numa área de grande valor estratégico e implantado de forma equidistante em relação aos dois principais núcleos habitacionais do vale do Tejo, as cidades de *Olisipo* e *Scallabis* (ver figura 1). Face às consistentes evidências estratigráficas e estruturais, constata-se que apenas alguns anos, (no máximo uma a duas décadas), depois da edificação deste estabelecimento se assiste à sua brusca destruição resultante de um conflito bélico.

É nestes níveis de destruição que surgem diversos elementos de armamento militar itálico, tais como um projétil de catapulta, um *scutum* romano, glandes de funda em chumbo, um *pilum*, e uma lança em ferro. Assim como *militaria*, ou seja, elementos de equipamento militar itálico típicos dos legionários da república, como fíbulas, fivelas de armadura, fechos de cinturão e tachas de cáligas.

Este cenário de todo inédito para o vale do Tejo, levanta um amplo quadro de questões que nos encontramos a tentar clarificar e que se prendem com a interpretação da funcionalidade e relevância deste sítio arqueológico.

Que tipo de sítio é este? É uma das questões para as quais não temos resposta definitiva.

- Estaremos perante um povoado indígena fortemente romanizado no século I a.C.?
- Face a um povoado indígena dentro do qual se instala uma guarnição militar itálica?
- Perante um núcleo urbano de fundação itálica? Eventualmente a lerabriga referida posteriormente no Itinerário Antonino?
- Ou perante um acampamento militar, instalado de raiz em finais da primeira metade do século I a.C. e destruído alguns anos depois?

Em qualquer dos cenários, que diga-se podem ser complementares, perante as evidências estratigráficas, é verosímil que o sítio tenha sido alvo de uma destruição bélica.



Face ao seu enquadramento cronológico, este episódio pode ser correlacionada com os conflitos entre os partidários de César e Pompeio na Ulterior resultante da instabilidade reinante no ocidente durante este período.

Apesar de destruído, temos alguns dados que nos permitem afirmar que o sítio de Monte dos Castelinhos não é total nem definitivamente abandonado. As áreas colapsadas não voltam a ser reedificadas, porém numa das áreas de rua assiste-se a uma repavimentação em época Augustana que nos indica uma continuidade que aparentemente se estende até época Flávia.

Perante os resultados das diversas campanhas de escavação, é evidente que estamos perante um sítio singular para o estudo da romanização do vale do Tejo que muito pode contribuir para uma nova leitura deste processo.

Ao tentarmos compreender a lógica de um povoado desta natureza, sobressai a sua implantação privilegiada de verdadeiro domínio sobre a estrada romana de *Olisipo a Scallabis* (Pimenta e Mendes, 2007).

Poderíamos assim, estar em época romana republicana perante um sítio de cariz militar dominando uma área portuária e de travessia, da mais importante via terrestre do extremo ocidente?

Qual a importância que este sítio vem a assumir com a reorganização política e administrativa da província da Lusitânia é algo que de momento nos escapa, porém não deixa de ser pertinente a referência do Professor Jorge de Alarcão à localização da fronteira do território Olisiponense nesta zona.

**João Pimenta**  
**Henrique Mendes**

The background of the cover is a photograph of an archaeological site. It shows a hillside with several stone walls and foundations, some of which are partially buried in the earth. The stones are light-colored and appear to be made of a rough-hewn material. The terrain is uneven and sandy. The overall scene is a typical archaeological excavation site.

**Monte dos Castelinhos**  
*(Castanheira do Ribatejo)*  
**Vila Franca de Xira**  
*e a Conquista Romana do Vale do Tejo*

*Catálogo*

**1| Contentor de armazenamento de produção local/regional.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt. Máxima|63 cm; Larg. máxima|64 cm. Diâm. do bordo|34 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16824

**2|Pote de produção local/regional.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt.|15 cm; Larg.|20 cm. Diâm. do bordo|14,8 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16951

**3|Frigideira de produção local/regional.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt.|5,2 cm; Larg. máxima|14,9 cm. Diâm. do bordo|31,4 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16950

**4| Taça de pé alto de produção local/regional.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt. Máxima|14 cm; Larg. máxima|16 cm. Diâm. do bordo|16 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16949

**5|Fragmento de taça carenada de produção local/regional.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt.|7,5 cm; Larg.|8 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX17001

**6|Fragmento de taça carenada de produção local/regional.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt.|6 cm; Larg.|15,5 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX17004

**7|Almofariz importado do vale do Guadalquivir.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt.|6,8 cm; Larg. máxima|19 cm. Diâm. do bordo|28,5 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16947



**8|Bordo de pote importado do vale do Guadalquivir.**

Cerâmica a torno

Dimensões: Alt.|4,5 cm; Larg.|11 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16994

**9|Mó em granito**

Dimensões: Alt.|14 cm; Larg.|41 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16909

**10| Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|13,2cm; Larg.|8,7cm; Esp. 4,2cm

Evidencia inscrição numeral gravada antes da cozedura|X

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16897



5|



9|



6|

**11|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|13,2cm; Larg.|8,7cm; Esp. 4,2cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16898

**12|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|13cm; Larg.|9,5cm; Esp. 4,7cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16899

**13|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|13,5cm; Larg.|9cm; Esp. 4,5cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16900

**14|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|12cm; Larg.|8,7cm; Esp. 4,4cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16901

**15|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|13,5cm; Larg.|9cm; Esp. 5cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16902

**16|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|12,5cm; Larg.|10,5cm; Esp. 4cm  
Evidencia inscrição gravada antes da cozedura[C [...] R [...]]  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16903



10 a 20|



21 a 33|

**17|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|13cm; Larg.|10,5cm; Esp. 4cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16904

**18|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|13, 3cm; Larg.|8,5cm; Esp. 4,5cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16905

**19|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|13cm; Larg.|8cm; Esp. 5cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16906

**20|Peso de tear de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|13cm; Larg.|8cm; Esp. 8,5cm

Evidencia inscrição gravada antes da cozedura|R[...]A[...]

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16907

**21|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|2,4cm; Larg.|2,3cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16891

**22|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|3,5cm; Larg.|2,5cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16892

**23|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|3,3cm; Larg.|2,2cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16893

**24|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|3,5cm; Larg.|2,3cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16894

**25|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|2,2cm; Larg.|3cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX17005

**26|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|1,9cm; Larg.|3,5cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX17006

**27|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|3cm; Larg.|2,9cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX17007

**28|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|1,9cm; Larg.|2,9cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX17008

**29|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|2,1cm; Larg.|3,5cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16952

**30|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica

Dimensões: Alt.|1,3cm; Larg.|3,4cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16953





**31|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|2,2cm; Larg.|4cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17023

**32|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|1,9cm; Larg.|4cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17024



**32|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|1,9cm; Larg.|3,9cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17025



**33|Cossoiro de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Alt.|2,1cm; Larg.|3,2cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17026

**35|Peso de rede de pesca de produção local/regional.**

Cerâmica  
Dimensões: Diâm.|7cm; Esp.|2,3cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16896



**36|Agulha em osso.**

Dimensões: Comp.|13,4cm; Esp.|0,4cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16972

**37|Agulha em bronze.**

Dimensões: Comp.|8,5cm; Esp.|0,32cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16996

**38|Tijolo de pavimento romboidal de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|23,5cm; Larg.|13cm; Esp. 4,2cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16912





40 a 43|

**39|Tijolo de pavimento romboidal de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|23,5cm; Larg.|13cm; Esp. 4,2cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16898

**40|Tijolo de quadrante de coluna de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|19,5cm; Alt.|5,5cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16989

**41|Tijolo de quadrante de coluna de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|19cm; Alt.|5cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16990

**42|Tijolo de quadrante de coluna de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|19cm; Alt.|5,5cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16991

**43|Tijolo de quadrante de coluna de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|19cm; Alt.|5,5cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16992

**44|Tijolo de pavimento quadrangular de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|6,5cm; Larg. 4,2cm; Alt.|3cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX17002



44 a 45|

**45|Tijolo de pavimento quadrangular de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|6,2cm; Larg. 4,3cm; Alt.|3cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX17009

**46|Canalização em cerâmica de produção local/regional.**

Dimensões: Comp.|48,2cm; Larg. 13cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16825

**47|Prego.**

Liga de cobre  
 Dimensões: Comp.|9,2cm; Larg. 1,8cm  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16825



47|



50|



48|



52 a 55|



56|

#### 48| Tégula

Cerâmica  
Dimensões: Comp.|55,8cm; Larg. 39cm; Alt. 6,7 cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16961

#### 49| Tégula

Cerâmica  
Dimensões: Comp.|37cm; Larg. 39cm; Alt. 6,7 cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17002

#### 50|Escudo em ferro.

Dimensões: Comp.|50,2cm; Larg. 15 cm; Alt. 8cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16806

#### 51|Bala de catapulta.

Dimensões: Diâm. 9,2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16968

#### 52|Projétil de funda (Glande).

Chumbo  
Fabricada através de martelagem  
Dimensões: Comp.|5,6cm; Esp. 1,8 cm.  
Peso: 6,4 gr.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16803

#### 53|Projétil de funda (Glande).

Chumbo  
Fabricada a molde  
Dimensões: Comp.|4,1cm; Esp. 1,9 cm.  
Peso: 4,6 gr.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
MMVFX17010

#### 54|Projétil de funda (Glande).

Chumbo  
Fabricada a molde  
Dimensões: Comp.|4,4cm; Esp. 1,9 cm.  
Peso: 8,3 gr.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
MMVFX17011

#### 55|Projétil de funda (Glande).

Chumbo  
Fabricada a molde  
Dimensões: Comp.|3cm; Esp. 1,7 cm.  
Peso: 4,2 gr.  
Fabricada a molde  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
MMVFX17012

#### 56|Projétil de funda (Glande).

**Em processo de fabrico**  
Chumbo  
Dimensões: Comp.|4,4cm; Esp. 1,9 cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16982



51|



62|



65|



57|



60|



61|



69|

**57|Ponta de projétil (Pilum).**

Ferro

Dimensões: Comp. 7,5cm; Esp. 2 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16878

**58|Parte de encabamento de projétil (Pilum).**

Ferro

Dimensões: Comp. 5cm; Larg. 3,6 cm; Esp. 0,3cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX17013

**59|Ponta de lança**

Ferro

Dimensões: Comp. 11,4cm; Larg. 2,3cm; Esp. 1,9cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16975

**60|Agrafo de arreio/ cingulum (?)**

Liga de cobre

Dimensões: Comp. 3,5cm; Larg. 0,5 cm. Diâm do orifício

0,2cm. Cump. do orifício superior de suspensão 1 cm.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16968

**61|Fivela de armadura.**

Liga de cobre e ferro

Dimensões: Comp. 2,3cm; Larg. 2,1 cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16805

**62|Fecho de cinturão.**

Liga de cobre

Dimensões: Comp. 4,4cm/ 4,2; Larg. 0,3cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16985

**63|Fivela.**

Ferro

Dimensões: Comp. 2,3cm; Larg. 2,1 cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16976

**64|Fecho de cinturão.**

Ferro

Dimensões: Comp. 4cm; Larg. 2,4 cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16977

**65|Braçadeira (possível elemento de algemas)**

Ferro

Dimensões: Comp. 8cm; Larg. 8 cm; Esp. 0,6cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16881

**66|Elementos de arreio de cavalo.**

Ferro

Dimensões: Comp. 15cm; Larg. 6cm; Esp. 1cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16974

**67|Lâmina de punhal em forma de falcata.**

Ferro

Dimensões: Comp. 21,4cm; Larg. 2cm; Esp. 0,4cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16984

**68|Punção**

Ferro

Dimensões: Comp. 5,8cm; Larg. 1,5 cm; Esp. 1,5cm

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16987

**69|Peso**

Chumbo

Dimensões: Alt. 6,6cm; Larg. 3,9 cm; Esp. 1,2cm

Peso: 303 grs.

Período Romano-Republicano|Século I a.C.

Monte dos Castelinhos

MMVFX16880



70|



71|



72|



73|

#### 70|Ânfora Classe 67

Cerâmica a torno  
Importada do vale do Guadalquivir.  
Dimensões: Alt. 68cm; Larg. 31 cm; Diâm. Bordo 15cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Rio Tejo: ao largo de Alverca  
MMVFX03474

#### 71|Ânfora Ovóide Lusitana

Cerâmica a torno  
Produzida no Vale do Tejo/Sado.  
Dimensões: Alt. 84cm; Larg. 32 cm; Diâm. Bordo 14,5cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Rio Tejo: junto ao Mochão da Póvoa  
MMVFX03477

#### 72|Ânfora Ovóide 4

Cerâmica a torno  
Importada do vale do Guadalquivir.  
Dimensões: Alt. 78cm; Larg. 33 cm; Diâm. Bordo 17cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Rio Tejo: junto ao Mouchão da Póvoa  
MMVFX03476

#### 73|Ânfora Classe 67

Cerâmica a torno  
Importada do vale do Guadalquivir.  
Dimensões: Alt. 37cm; Larg. 33,5 cm; Diâm. Bordo 14,5cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Rio Tejo: junto ao Mouchão da Póvoa  
MMVFX03475

#### 74|Ânfora Classe 67

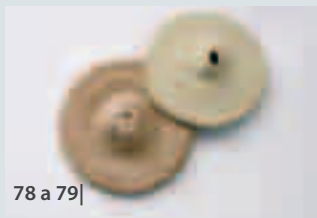
Cerâmica a torno  
Importada da baía de Cádiz.  
Dimensões: Alt. 13cm; Diâm. Bordo 19cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16913

#### 75|Ânfora Ovóide Gaditana

Cerâmica a torno  
Importada da baía de Cádiz.  
Dimensões: Alt. 25cm; Larg. 26 cm; Diâm. Bordo 16cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16914



74|



78 a 79|



76|



80|

### 76|Ânfora Ovóide 6

Cerâmica a torno  
Importada do vale do Guadalquivir.  
Dimensões: Alt. 17,5cm; Larg. 16 cm; Diâm. Bordo 13,5cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16915

### 77|Ânfora Ovóide Gaditana

Cerâmica a torno  
Importada da baía de Cádiz.  
Dimensões: Alt. 6,5cm; Diâm. Bordo 18cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17000

### 78 |Opérculo

Cerâmica a torno  
Importada do vale do Guadalquivir.  
Dimensões: Diâm. 9,3cm; Alt. 3cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16993

### 79|Opérculo

Cerâmica a torno  
Importada do vale do Guadalquivir.  
Dimensões: Diâm. 10cm; Alt. 3cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17014

### 80|Ânfora Ovóide 4 (?)

Cerâmica a torno  
Importada do vale do Guadalquivir.  
Dimensões: Alt. 45cm; Larg. 34,5 cm; Diâm. colo 10cm  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16993



82|



81|



81|



83|



83|

### 81|As|numisma de cunhagem hispânico, cidade Ibérica de KELSE

Liga de cobre  
Vale do Ebro.  
Dimensões: Diâm. 2,9cm  
Anverso|cabeça Masculina à direita rodeado por três golfinhos.  
Reverso|Cavalo com palma à direita, por de baixo inscrição Ibérica KELSE  
Período Romano-Republicano|Século II/I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16979

### 82|Denário|numisma de cunhagem itálica. Família Márcia (?)

Prata  
Anverso|cabeça de Roma.  
Reverso|Dioscuros a cavalo. Em baixo a palavra ROMA  
Dimensões: Diâm. 1,9cm  
Período Romano-Republicano|Século II a.C.  
MMVFX17015

### 83|Semis|de cunhagem hispânico, cidade de Kastilo|Castulo

Liga de cobre  
Dimensões: Diâm. 2,5cm  
Anverso|Cabeça viril com diadema virado à direita.  
Reverso|Touro à direita e em cima crescente.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16978

### 84|Fíbula anelar romana

Liga de cobre  
Dimensões: Comp. 3,6cm; Larg 3,5cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16804

### 85|Fíbula Alésia Pré-Aucissa

Liga de cobre  
Dimensões: Comp. 4,9cm; Larg 1,8cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16986

### 86|Fíbula Alésia Pré-Aucissa

Liga de cobre  
Dimensões: Comp. 4,8cm; Larg 1,8cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16969

### 87|Fíbula Alésia Pré-Aucissa

Liga de cobre  
Dimensões: Comp. 3,2cm; Larg 1,2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16971



84|

**88|Anel em ferro**

Dimensões: Comp. 3,2cm; Larg 1,2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16988

**89|Asa de *Simpulum***

Liga de cobre  
Dimensões: Alt. 6cm; Larg 1,2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16821

**90|Asa de jarro tipo Piatra Neamt**

Liga de cobre  
Dimensões: Comp. 4,9cm; Larg 2,4cm; Esp. 1,5cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16970

**91|Asa de sítula com a representação de Júpiter Amón**

Liga de cobre  
Dimensões: Alt. 6,3cm; Larg 4,2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I d.C. (?)  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16983

**92|Asa de *Simpulum***

Liga de cobre  
Dimensões: Alt. 10,5 cm; Larg 0,7cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
MMVFX17028

**93|Asa de Jarro itálico**

Liga de cobre  
Dimensões: Alt. 4,5cm; Larg 2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
MMVFX17029

**94, 95 e 96|Contas em pasta vítrea**

Dimensões: Larg. 1,3cm; Alt 0,8cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17016; MMVFX17017, MMVFX17018

**97|Fundo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 5/7.**

Cerâmica a torno  
Importada da península itálica.  
Dimensões: Larg 15,5cm; Alt. 3 cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16908



85|



89|



90|



91|



92|



93|





94 a 96|



97|



98|

**98|Fundo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 5/7.**

Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Alt. 1,8cm; Larg 8,6cm; Diâm. fundo 6,2 cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16954

**1027|Fundo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 5/7**

Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Esp. 0,8cm; Comp. 9,2cm; Larg 4,7cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16956

**99|Taça de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 1.**

Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Alt. 3,5cm; Larg 9,8cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX04026

**103|Bordo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 1**

Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Alt. 3,4cm; Larg 6,8cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16957

**100|Copo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 3.**

Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Alt. 3,8cm; Larg 4,2cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16955

**104|Fundo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 5/7**

Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Esp. 0,6cm; Larg 7,9cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16958

**101|Copo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 2.**

Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Larg. 7,3cm; Alt 3cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX17019

**105|Fundo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 5/7**

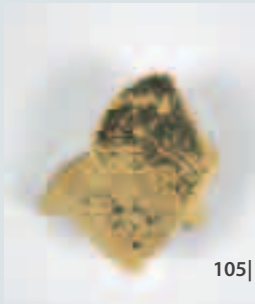
Cerâmica a torno  
 Importada da península itálica.  
 Dimensões: Alt. 1,4cm; Larg 5cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16965



101|



110|



105|



108|



111|

**106|Fundo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 5/7**

Cerâmica a torno  
Importada da península itálica.  
Dimensões: Esp.0,6cm; Larg 13,4cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16966

**110|Pátera de imitação de cerâmica campaniense da forma Lamboglia 5/7.**

Cerâmica a torno  
Produção indeterminada.  
Dimensões: Larg. 21cm; Alt 4,4cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16890

**107|Bordo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 1**

Cerâmica a torno  
Importada da península itálica.  
Dimensões: Alt. 5cm; Larg 8cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16967

**111|Taça de imitação de cerâmica campaniense da forma Lamboglia 2.**

Cerâmica a torno  
Produção indeterminada.  
Dimensões: Larg. 6cm; Alt 4,5cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16997

**108|Fundo de cerâmica campaniense B da forma Lamboglia 1**

Cerâmica a torno  
Importada da península itálica.  
Dimensões: Larg. 5,5cm; Alt 2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16995

**112|Bordo de copo de paredes finas da forma 2A de Mayet.**

Cerâmica a torno  
Produção itálica.  
Dimensões: Larg. 4,9cm; Alt 4cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX17020

**109|Taça de imitação de cerâmica campaniense da forma Lamboglia 16.**

Cerâmica a torno  
Produção indeterminada.  
Dimensões: Larg. 13cm; Alt 5,2cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16948

**113|Fundo de copo de paredes finas da forma 8C de Mayet.**

Cerâmica a torno  
Produção itálica.  
Dimensões: Larg. 6cm; Alt 2,8cm.  
Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
Monte dos Castelinhos  
MMVFX16959



113|

**114|Fundo de copo de paredes finas da forma 8C de Mayet.**

Cerâmica a torno  
 Produção itálica.  
 Dimensões: Larg. 5,1cm; Alt 1,5cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16960



115|

**115|Lucerna tipo Dressel 2.**

Cerâmica a molde  
 Produção itálica.  
 Dimensões: comp. 7,8cm; Larg. 6,7cm; Alt 1cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Rio Tejo|Vila Franca de Xira  
 MMVFX16962

**116|Bico de lucerna de tradição helenística.**

Cerâmica a molde  
 Produção itálica.  
 Dimensões: Larg. 3,5cm; Alt 2,5cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Monte dos Castelinhos  
 MMVFX16895

**117|Fragmento de reservatório e arranque de bico de lucerna do tipo H de Ricci**

Cerâmica a molde  
 Produção itálica.  
 Dimensões: Larg. 3,6cm; Alt 2,4cm.  
 Período Romano-Republicano|Século I a.C.  
 Rio Tejo|Vila Franca de Xira  
 MMVFX17022



116|



117|

The background of the cover is a photograph of an archaeological site. It shows a hillside with several stone walls and foundations, some of which are partially buried in the earth. The stones are light-colored and appear to be made of limestone or similar material. The terrain is uneven and shows signs of excavation. The overall tone is sepia or light brown.

**Monte dos Castelinhos**  
*(Castanheira do Ribatejo)*  
**Vila Franca de Xira**  
*e a Conquista Romana do Vale do Tejo*

*Bibliografia*



## Geral

- ALARCÃO, J. (1988)** – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa. Publicações Europa América.
- ALARCÃO, J. (1990)** – O domínio romano. In SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. de O., eds. - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, p. 342-441.
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010)** – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.
- FABIÃO, C. (1998)** – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C. (1992)** – A romanização do actual território português. In *História de Portugal*. Direcção José Mattoso. Lisboa. Circulo de Leitores. Vol. I, pp. 202-299.
- FABIÃO, C. (2002)** – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2006)** – *A herança romana em Portugal*. Edição do Clube do Coleccionador dos Correios.
- GUERRA, A. (1998)** – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- GUERRA, A. (2001)** – Resistência e aculturação no Ocidente Hispânico: Defesa do território e identidade linguística. *Era arqueologia*. N.º 3, p. 150-164.
- GUERRA, A. (2004)** – *Caepiana: uma reavaliação crítica da sua localização e enquadramento histórico*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:2, p. 217-235.
- KALB, Ph., HÖCK, M. (1988)** – Moron. *Conimbriga*. Coimbra. 27, p. 189-201.
- RODRÍGUEZ NEILA, J. F. eds.** – *Julio César y Corduba: tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.)*. Córdoba, p. 247-262.
- SAAVEDRA, E. (1862)** – *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia en la recepción pública de Don Eduardo Saavedra y Moragas el 28 de Diciembre de 1862*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- SAA, M. (1956)** – *As grandes vias da Lusitânia: O itinerário de Antonino Pio, VI*. Lisboa: s. n.
- SCHULTEN, A. (1922-52)** – (Ed. e Com.) *Fontes Hispaniae Antiquae*. Barcelona.

## O Exército romano

- BISHOP, M. C. ; COULSTON, J. C. N. (1993)** – *Roman Military equipment. From the Punic Wars to the fall of Rome*. A Batsford Book. London.
- FABIÃO, C. (2004)** – El ejército romano en Portugal. In *El ejército romano en Hispania. Guia Arqueológica*. Universidad de León, p. 113-134.
- FABIÃO, C. (2004a)** – Arqueología Militar romana da Lusitania: textos e evidencias meteriais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*. Coords Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, p. 53-73.
- GARCÍA MORA, F. (1991)** – *Un episodio de la Hispania republicana: la guerra de Sertorio, plantiamentos iniciales*. Granada: Universidad.
- GIRÃO, A. de A.; OLEIRO, J. M. B. (1953)** – Geografia e campos fortificados romanos. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. N.º 6-7, p.77-80."

**GÓMEZ-PANTOJA, J.; MORALES, F. (2002)** - Sertorio en Numancia: una nota sobre los campamentos de La Gran Atalaya. In: MORILLO, Á. ed. - *Arqueología militar romana en Hispania*. Madrid, p. 303-310 (Anejos de Gladius, 5).

**MORILLO, A. (2007)** – *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León.

**MORILLO, A. (2008)** – Criterios arqueológicos de identificación de los campamentos en Hispania In *Actes de la table ronde internationale (Madrid, noviembre de 2007) La Guerre et ses traces dans la péninsule Ibérique à l'époque de la conquête romaine*. SALDVIE. N.º 8. Universidad de Zaragoza, p. 73-93.

**OCHARAN LARRONDO, J. A.; UNZUETA PORTILLA, M. (2002)** - Andagoste (Cuartango,Álava): un nuevo escenario de las guerras de conquista en el Norte de Hispania. In: MORILLO, Á. ed. - *Arqueología militar romana en Hispania*. Madrid, p. 311-325 (Anejos de Gladius, 5).

**QUESADA SANZ, F. (2006)** – Roman republican weapons, camps and battlefields in Spain: An overview of recent and ongoing research. In *El ejército romano en Hispania. Guía Arqueológica*. Universidad de León, p. 65-84.

**QUESADA SANZ, F. (2008)** - La "Arqueología de los campos de batalla".Notas para un estado de la cuestión y una guía de investigación. SALDVIE. N.º 8, p. 21-35.

**SEKUNDA, N. V.; NORTHWOOD, S.; SIMKINS, M. (2002)** – *Caesar's Legions. The Roman Soldier 703 BC to 117 AD*. Osprey History. Great Britain.

**SCHULTEN, A. (1927)** - *Sertorius*. Leipzig: Dietrich.

**SOUTHERN, Pat (2006)** – *The Roman Army. A social and Institutional History*. Santa Barbara: ABC Clío.

**SPANN, Ph. O. (1987)** - *Quintus Sertorius and the legacy of Sulla*. Fayetteville: Arkansas University.

**ULBERT, G. (1984)** – *Cáceres el Viejo. Ein Spatrepublikanisches Legionslager in Spanisch Estremadura*. Madrider Beitrage. 11. Mainz-am-Rhein.

## Cerâmicas de época republicana

**ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2003)** – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, n.º 1. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 235 – 286.

**ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2004)** – Les Mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). *SFECAG. Actes du Congrès de Vallauris*, p. 341-349.

**DELGADO, M. (1971)** – Cerâmica Campaniense em Portugal. In *II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, p. 403-421.

**FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1987)** – Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil. In *Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Lisboa. Delta Ed. p. 287-308.

**FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1996)** – A cerâmica campaniense do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). *Ophiussa*. N.º Zero, p. 109-131.

**LAMBOGLIA, N. (1952)** – Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. In *Atti del Iº Congresso Internazionale di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950), p. 139-206.

**LUÍS, L. (2003)** – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. Trabalhos da Arqueologia. 27.

**MOREL, J. P. (1981)** – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Rome. Ecole Française de Rome.



**NUNES, J. C.; FABIÃO, C. ; GUERRA, A. (1990)** – As Lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil). In *Conimbriga*. Coimbra. XXIX, p. 69-90.

**PEREIRA, C. (2008)** – As Lucernas romanas de *Scallabis*. Dissertação de Mestrado em pré-história e Arqueologia apresentado á Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

**PINTO, I. V. e MORAIS, R. (2007)** – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005*, p. 235-254.

**RICCI, M. (1973)** – Per una cronología delle lucerne tardo-repubblicane. In *Rivista di Studi Liguri*. XXXIX. 39, p. 168-234.

**SÁEZ ROMERO, A.M. (2008)** - *La producción cerámica en Gadir en época tardopúnica (siglos -III/-I)*. BAR. Int. Ser.. Oxford

**VIEGAS, C. (2011)** – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.

## Ânforas

**ALMEIDA, R. R. (2008)** – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Col.Leció Instrumenta. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.

**ARRUDA, A. M. ; VIEGAS, C. ; BARGÃO, P. (2005)** - As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 1, p. 279-297.

**DESBAT, A. (1998)** – L'arrêt dès importations de Dressel 1 en Gaule. In *Actes du Congrès d'Istres*. SFECAG

**FABIÃO, C. (1989)** - *Sobre as ânforas do acampamento Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa. UNIARQ / INIC, p. 162.

**FABIÃO, C. (2000)** – Sobre as mais antigas ânforas «romanas» da Baetica no ocidente peninsular. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Conservas y vino de la Bética en el Imperio Romano. Vol. 2. Écija. Editorial Graficas Sol, p. 665-682.

**GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEIRO, H. (2011)** – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 20. Universidad de Sevilla.

**GARCÍA VARGAS, E. (1998)** - *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Ecija: Gráficas Sol.

**MORAIS, R. (2010)** – Capitulo 7.5 – Ânforas In *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Coordenação de ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. *STUDIA LUSITANA* 5. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 181-218.

**MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007)** - Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas del congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005*. B.A.R., International Series 1686, Oxford, p.127-133.

**QUARESMA, J.C. (2005)** – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 8. Número 2, p. 403-428.

## Metais

**FABIÃO, C. (1999)** - A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela Romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 2. Número 1, p. 163-198

**FEUGÈRE, Michel; POUX, Matthieu (2001)** – “Gaule pacifiée, Gaule libérée ? Enquête sur les militaria en Gaule civile”. *Jahresbericht - Gesellschaft Pro Vindonissa*, Brugg, 2002, pp. 79-95.

**FEUGÈRE, Michel (2002)** – “Militaria de Gaule méridionale, 19. Le mobilier militaire romain dans le département de l’Hérault (F)”. *Gladius XXII*, 2002, pp. 73-126.

**KURTZ, William (1986-7)** – “Los arreos de caballo en la necrópolis de Las Cogotas (Cardeñosa, Ávila)”. *Zephyrus* 39-40: pp. 459-472.

**MIGUEZ, J.N.M. (2010)** – *As fibulas do Sudoeste da Península Ibérica enquanto marcadores étnicos. O caso de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

**QUESADA, Fernando (2005)** – “El gobierno del caballo montado en la antigüedad clásica con especial referencia al caso de Iberia: bocados, espuelas y la cuestión de la silla de montar”. *Gladius XXV*, pp. 97-150.

**RUIVO, J. (2010)** – Espólio metálico. In: ALARCÃO, J. DE; CARVALHO, P.; GONÇALVES, A. (coords.), *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, p. 481-518.

## Glandes de Chumbo

**ARANEGUI, C. (2003)** - Projéctiles de honda con epígrafes griegos atribuidos a Sagunto. *Romula*. Sevilla. 2, p. 43-52.

**CARDOSO, G.; LUNA, I. (2005)** – Últimos dados sobre a romanização no concelho de Torres Vedras. In: *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Câmara Municipal do Bombarral, 0. 65-82.

**BELTRÁN LLORIS, F. (1990)** - La «pietas» de Sertorio. *Gerión*. Madrid. 8, p. 211-226.

**COSTA, T. (2012)** - Vestígios de ocupação proto-histórica na envolvente da Torre de Evoramonte: resultados de uma intervenção de salvaguarda. In *Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, p.697-715

**FABIÃO, C. (2002)** – 204 e 205: Projéctil (Glande). In: ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J. coords. - *De Scallabis a Santarém: catálogo da exposição*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 165.

**FONTENLA BALLESTA, S. (2005)** - Glandes de honda procedentes de la batalla de Asso. *Alberca: Revista de la Asociación de Amigos del Museo Arqueológico de Lorca*. Lorca. 3, p. 67-84.

**FOUGÈRES, G. (1896)** - Funda e Glans. In: DAREMBERG, C.; SAGLIO, E. eds., *Dictionnaires des Antiquités Grecques et romaines*. Paris: Hachette, p. 1363-1366; 1608-1611.

**GALAMBA, U. F. (2008)** – A colecção de Armas do Museu de Évora. *Cenáculo. Boletim on line do Museu de Évora*. 3. <http://museuevora.imc-ip.pt>.

**GUERRA, A. (1987)** – Acerca dos projecteis para Funda da Lomba do Canho (Arganil). In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 5, p. 161-177.

**GÓMEZ-PANTOJA, J.; MORALES, F. (2008)** - Los etolios en Numancia. *Salduie: Estudios de Prehistoria y Arqueología*. Zaragoza. 8, p. 37-58.

**PERESTRELO, M. S. G. (2005)** – O Castelo dos Mouros de Cidadelhe e a Idade do Ferro no médio Côa. In: *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: ARA/CEI, p. 67-94.

**PERESTRELO, M. S. G. (2006)** – Cidadelhe e a Proto-história e a Romanização do Médio Côa. In: *Actas do III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes alto Douro e Beira Interior (Pinhel, 17 de Maio de 2006). Proto-história e romanização guerreiros e colonizadores*. Porto: Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão, p. 56-71.

**PUIG I CADALFACH, J. (1911-12)** - Crònica de les excavacions d'Empuries. *Anuari del Institut d'Estudis Catalans*. Barcelona. 4, p. 671-672.

**SILVA, J. C.; BATISTA, A.; GASPAS, F. (1999)** - Carta Arqueológica de Abrantes. [http://sic.cm-abrantes.pt/carta\\_arqueologica/carta.html](http://sic.cm-abrantes.pt/carta_arqueologica/carta.html)

**VASCONCELOS, J. de L. (1896)** – Antigualhas de Evoramonte. In: *O Archeologo Português*. Lisboa. 23, p. 78-81.

## Numismática

**CRAWFORD, M. H. (1974)** – *Roman Republican Coinage*. 2 Vols. Cambridge. Cambridge University Press.

**CRAWFORD, M. H. (1985)** – *Coinage and money under the Roman Republic*. London. Methuen.

**FARIA, A.M. (1987)** – Guerras e conflitos no Vale do Tejo na antiguidade: O testemunho dos tesouros monetários. In *Catálogo de Exposição Arqueologia no Vale do Tejo*. Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, p. 60-61.

**GARCÍA-BELLIDO, M. P.; BLÁZQUEZ, C. (2001)** - *Diccionario de cecas y pueblos hispánicos, II. Catálogo de cecas y pueblos*. Madrid: CSIC.

**RUIVO, J. (1997)** – O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*. 70, p. 91-100.

**RUIVO, J. (1999)** – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompe (Santarém). In Centeno, R.; Garcia Bellido, M.; Mora, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. Anejos de Archivo Español de Arqueología. XX, p. 101-110.

**SREVENSON, S. W. (1964)** – *Dictionary of Roman coins, Republican and Imperial*. London. B. A. Seaby.

**VIEGAS, J. R. e PARREIRA, R. (1984)** – Der Schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal). In *Madri der Mitteilungen*. Mainz. 25, p. 79-91.

**VILLARONGA, Leandre (1994)** - *Corpus Nummum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. 2ª ed. Madrid : José A. Herrero S. A.

## Epigrafía

**ABASCAL, J. M. (1990)** - Inscripciones inéditas y revisadas de la Hispania Citerior. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 63, p. 264-275.

- ABASCAL, J. M.; GIMENO, H. (2000)** - *Epigrafía hispánica*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- CHIC GARCÍA, G. (1986)** - Q. Sertorius, proconsul. *Actas de la reunión sobre Epigrafía hispánica de época romano-republicana*. Zaragoza, pp. 171-176.
- DÍAZ ARIÑO, G. (2005)** - *Glandes inscriptae* de la Península Ibérica. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. Köln. 153, p. 219-236.
- DÍAZ ARIÑO, G. (2008)** - *Epigrafía latina republicana de Hispania*. Barcelona: Universitat (Col.lecció Instrumenta, 26).
- DOMERGUE, Cl. (1970)** - Un témoignage sur l'industrie minière et métallurgique du plomb dans la région d'Azuaga (Badajoz) pendant la Guerre de Sertorius. *XI Congreso Arqueológico Nacional (Mérida, 1968)*. Zaragoza. p. 608-626.
- PINA POLO, F.; ZANIER, W. (2006)** - *Glandes inscriptae* procedentes de la Hispania Ulterior. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 79, p. 29-50.
- STYLOW, A. U. (2005)** - Fuentes epigráficas para la historia de la Hispania Ulterior en época republicana. In: MELCHIOR GIL, E.; MELLADO RODRÍGUEZ, J. ;

## Arquitectura Indígena

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1994)** – Urbanismo de la Hispania “Celtica”. Castros y Oppida del Centro y Occidente de la Península Iberica. In ALMAGRO-GORBEA, M. e MARTÍN, A.M., (Eds.), *Castros y Oppida en Extremadura*. Madrid. Complutum Extra. N.º 4, p. 13-75.
- ARRUDA, A. M. (2002)** – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2005)** – O 1.º milénio a.n.e. no centro e no sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. Série 4. 23, p. 9-156.
- ARRUDA, A. M. FREITAS, V. e OLIVEIRA, C. F. (2007)** - Os Fenícios e a urbanização no Extremo Ocidente: o caso de Castro Marim. In Lopez Castro (ed.) *Las ciudades fenicio-punicas en el Mediterráneo Occidental*, p. 459-482.
- ESTRELA, S. M. G. (2010)** - *Os níveis fundacionais da Idade do ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os contextos arqueológicos na (re) construção do povoado*. Tese de Mestrado apresentada à Universidade de Lisboa. Policopiado.
- MATALOTO, R. (2004)** – *Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa: ruralidade e povoamento no Iº milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia. 37.
- SOUSA, E. (2011)** – *A ocupação pré-romana da foz do estuário do Tejo durante a segunda metade do 1.º milénio a.C.* Tese de Doutoramento em História especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.

## Arquitectura romana republicana

- BELTRÁN LLORIS, M. (1991)** – La Colonia Celsa. In La Casa Hispanoromana. Actas do Congresso sobre La Casa Hispanoromana. 16 a 18 de Novembro de 1988. Institución Fernando El Católico. Zaragoza, p. 131-164.

**JIMÉNEZ SALVADOR, J.L. ; RIBERA I LACOMBA, A. (2002)** - Valencia y las primeras ciudades Romana en Hispania. Grandes Temas Arqueologicos. 3. Ajuntament de Valencia.

**MÁRQUEZ, C.; VENTURA, A. (2005)** – Corduba tras las Guerras Civiles. In Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.). E. Melchor Gil – J. Mellado Rodríguez – J.F. Rodríguez – Neila (Eds.). Córdoba, p. 429- 466).

**RIBERA I LACOMBA, A. (2002)** - El urbanismo de la primera Valencia. In Valencia y las primeras ciudades romanas de Hispania. Valencia: Ajuntament, p. 299-313.

**VAZ, J.L.I. ; CARVAHO, P.S. (2009)** - A construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana, in Viseu – cidade de Afonso Henriques, Viseu, p. 31-46.

**VAQUERIZO GIL, D. (2005)** – Arqueología de La Corduba Republicana. In Julio César y Corduba: Tiempo y espacio en la campaña de Munda (49-45 a.C.). E. Melchor Gil – J. Mellado Rodríguez – J.F. Rodríguez – Neila (Eds.). Córdoba, p. 165- 205).

## Estações de época romana republicana

**ALBERGARIA, J.; MELRO, S. ; RAMOS, A. C. (2008)** – Escavações arqueológicas no Castelo das Juntas (Moura). *ERA Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 40-50.

**ALMAGRO-GORBEA, M.; RIPOLLÈS, P. P.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2009)** - *Dipo, ciudad 'tartésico-turdetana' del Valle de Guadiana. Conimbriga*. Coimbra. 48, p. 5-60.

**CALADO, M.; DEUS, M.; MATALOTO, R. (2000)** - O sítio dos Soeiros (Arraiolos): uma abordagem preliminar. *Revista de Guimarães – volume especial. Actas do Congresso de Proto-História Europeia – Centenário da morte de Martins Sarmento*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento. Vol. II, pp. 759-774.

**CARDOSO, G. (2002)** – *Aspectos da romanização do Ager Olisiponensis*. Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo Universidad de Extremadura Departamento de História área de Arqueologia. Cáceres.

**FABIÃO, C. (2002a)** - Os chamados Castella do sudoeste: arquitectura, cronologia e funções, *Archivo Español de Arqueologia*, 75, p. 177-193.

**FABIÃO, C. (1996)** – O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte). *A Cidade*. Nova Série. 11, p. 31-80.

**FABIÃO, C. ; GUERRA, A. (2010)** - Mesas do Castelinho (Almodôvar): A case of a failed Roman town in southern Lusitania. In *Changing Landscapes The impact of Roman towns in the Western Mediterranean Proceedings of the International Colloquium, Castelo de Vide - Marvão 15th-17th May 20*, p. 325-346.

**GAMITO, T. J. (1981)** - A propósito do Castro de Segóvia: a resistência a Roma no Sudoeste Peninsular. *História*. Lisboa. 29, p. 32-43.

**GAMITO, T. J. (1987)** - O castro de Segóvia (Elvas, Portugal), ponto fulcral na primeira fase das Guerras de Sertório. *O Arqueólogo Português*- Lisboa. IV série, 5, p. 149-160.

**GONÇALVES, J. L. M. (1997)** – O sítio arqueológico do Castelo (Arruda dos Vinhos) – Escavações de 1988 a 1993. *Revista de Arqueologia da Assembleia distrital de Lisboa*. 3, p. 5-52.

**MATALOTO, R., ALVES, C. e CLEMENTE, R. (no prelo)** - As ocupações antigas do Castelo de Evoramonte. In: *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Almodôvar*.

**MATALOTO, R. (2004a)** – Fortins romanos do Alto Alentejo (Portugal): fortificação e povoamento na segunda metade do séc. I a.C.. In, Moret, P. e Chapa, T. (eds) *Torres, Atalayas y Casas fortificadas*. Casa de Velázquez/Universidad de Jaén, p. 31-54.

**MATALOTO, R. (2008)** – O Castelo dos Mouros (Graça do Divor, Évora): a arquitectura “ciclópica” romana e a romanização dos campos de *Liberalitas Iulia Eborae*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 299-316.

### **Lomba do Canho**

**NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988)** - *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Arganil. Museu Regional de Arqueologia.

**NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1989)** - Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho, Arganil: Um ponto da situação. *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu* (Viseu, 1988). Viseu, p. 403-424.

**GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1987)** – Escavações no Acampamento Romano da Lomba do Canho, Arganil: resultados preliminares. In *Actas Ier Congreso Peninsular de Historia Antigua* (Santiago de Compostela, 1986). Vol. 1. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 307-328.

### **Chões de Alpompé**

**DIOGO, A. M. D.(1982)** – A propósito de “Morón”. Estudo de alguns Documentos provenientes dos Chões de Alpompé (Santarém). *Clio*. N.º4, p. 147-154.

**DIOGO, A. M. D.(1993)** – Ânforas pré-romanas provenientes dos Chões de Alpompé. *Estudos Orientais*. 4. Os Fenícios no Território Português, p. 215-227.

**DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-94)** - Materiais provenientes de Chões de Alpompé (Santarém). *Conímbriga*. XXXII-XXXIII, p. 263-281.

**FABIÃO, C. (2002)** - Chões de Alpompé. In *De Scallabis a Santarém*. Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa, p. 149-152.

**RUIVO, J. (1999)** – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alpompé (Santarém). In Centeno, R.; García Bellido, M.; Mora, G. *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania*. *Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. Porto. Março 1997. Madrid. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. XX, p. 101-110.

**ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da V.; SANTOS. C. (1968)** - Acerca do campo fortificado de “Chões” de Alpompé. In *O Arqueólogo Português*. 3.ª Série. 2, p. 49-57.

### **Santarém**

**ARRUDA, A.M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M.J. (2002)** – *De Scallabis a Santarém*. Catálogo da exposição do MNA. Lisboa. MNA.

**ARRUDA, A.M.; VIEGAS, C. (2002)** – A Alcáçova. In *De Scallabis a Santarém*. Catálogo da exposição do MNA. Lisboa. MNA, p. 73-81

**BARGÃO, P. (2006)** – As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém. Dissertação de Mestrado em pré-história e arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição Policopiada.

Alto do Castelo:

**KALB, Ph., HÖCK, M. (1984)** – Alto do Castelo, Alpiarça (Distrito de Santarém). Acampamento Romano ou fortificação Pré-romana? Livro do 2.º Congresso Sobre Monumentos Militares Portugueses. Lisboa, p. 239-245.

**KALB, P.; HÖCK, M. (1988)** - O povoamento pré-histórico de Alpiarça. Porto. *GEAP*. 17, p. 193-200.



**MARQUES, G. (1972)** – Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto. Trabalhos de Antropologia Dr. Mendes Correia. N.º 13. Faculdade de Ciências do Porto.

### **Alto dos Cacos**

**PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** – O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

### **Monte dos Castelinhos**

**PIMENTA, J. (No prelo)** – Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. In *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana*. Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010. Câmara Municipal do seixal.

**PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008)** – O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série, n.º 16, p. 26-37.

**PIMENTA, J.; MENDES, H. (2007)** – A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabbis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.

**PIMENTA, J.; MENDES, H. (2012)** – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. In *Cira Arqueologia* n.º 1. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo. Vila Franca de Xira.

**PIMENTA, J.; MENDES, H. (No prelo)** – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Anejos de Archivo Español de Arqueologia

### **Lisboa**

**PIMENTA, J. (2007)** – A importação de ânforas de preparados píscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In *Actas do Congresso Internacional de arqueologia, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Entre 7 e 9 de Novembro de 2005 na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Cádiz. BAR International Series 1696, p. 221-233

**PIMENTA, J. (2005)** – As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa). Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 41.

**PIMENTA, J. (2003)** – Contribuição para o estudo das ânforas do Castelo de São Jorge (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6. N.º 2.

### **Chibanos**

SILVA, C. T.; SOARES, J. (1986) – Arqueologia da Arrábida. Lisboa. S.N.P.R.C.N. Coleção Parques Naturais. 15.  
SILVA, C. T.; SOARES, J. (1997) – Chibanos revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. In *Estudos Orientais VI – Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, p. 33-66.

SILVA, C. T.; SOARES, J. (2012) – Castro de Chibanos (Palmela). Do III milénio ao século I a.C. In *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*, Município de Palmela, Palmela, p. 67-87.

### **Pedrão**

**SOARES, J.; SILVA, C. T. (1973)** – Ocupação do período Proto-Romano do Pedrão (Setúbal). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. Vol. 1, p. 245-305.



A relevância científica e patrimonial dos resultados das escavações desenvolvidas pelo Museu Municipal de Vila Franca de Xira, desde 2008, na estação arqueológica do Monte dos Castelinhos (Quinta da Marquesa – Castanheira do Ribatejo) destacam-se, quer ao nível nacional, quer internacional. Perante esta nova página da História, que se começa a desenhar, o Museu Nacional de Arqueologia convidou a Câmara de Vila Franca de Xira a organizar uma exposição em torno da temática do Monte dos Castelinhos e o processo de conquista romana no Vale do Tejo. Esta iniciativa apresenta ao público a relevância científica, patrimonial e turística desta invulgar estação arqueológica, local cuja origem remonta ao século I a.C.

